

Um longo e interminável mês de maio...

Coletânea de artigos sobre a conjuntura política – maio 2015

Índice

Em defesa da democracia – Paulo Timm

Sociologia da Crise – Paulo Timm

**Indústria Cultural da Antipolítica – O caráter manipulador
O caráter manipulador – Marcia Tílburi**

Uma brevíssima introdução geral ao conceito de “Ética” – Ricardo Timm de Souza

Lula apostando forte – Aldo Fornazieri

Partidos se preparam para o pós-Dilma - Andrei Meireles

A frente ampla: instrumento estratégico de resistência e avanço -

A crise vai se agravar, mas a esquerda se uniu e Lula voltou - Saul Leblon

**“NUNCA VI TANTO ÓDIO.TENHO VONTADE DE SER PETISTA...SÓ DE BIRRA –Bárbara
Gância**

A realidade brasileira, entre o hospício e o circo - Luis Nassif

A Oportunidade Perdida! - Editorial do JBI

**POSIÇÃO ALTIVA DA CUT DIANTE DA SABUJICE DOS
DEPUTADOS QUE APROVARAM A RETIRADA DE DIREITOS**

**A classe média vai às ruas: emoção, política e gestão - Daniel Pereira Andrade
A Captura do sistema político - Sílvio Caccia Bava -**

"Ajuste ou desmanche?", por Eliane Cantanhêde

A fusão PPS – PSB

Os pontos comuns para o entendimento

A

- Publicado em

por

- Editoria /

maio de 2015

David MACIEL

Gonzalo ROJAS

Leda Maria PAULANI

Leomir HILÁRIO

Marcelo Badaró MATTOS

Marcos del ROIO

Maria Orlanda PINASSI

Mário MAESTRI

Plínio de Arruda SAMPAIO JR.

O 5º Congresso do PT e a falta de rumos - Aldo Fornazieri

As mãos dos EUA sobre a região -

Em defesa da democracia

Paulo Timm –

As eleições se encerraram, os eleitos aguardam para tomar posse do próximo dia 01 de janeiro, os derrotados fazem as análises de seus erros e, assim, lentamente, vamos nos preparando para os festejos de Natal. Certo? No que tange aos processos estaduais, sim. Veja-se o caso do Rio Grande do Sul. Tarso Genro perdeu mas, em entrevista, mesmo defendendo seu Governo, se prepara para uma elegante retirada. No plano nacional, entretanto, não bastaram os números das urnas. Dilma saiu vencedora, mas sem o direito ao “estado de graça” que todo eleito faz jus, no qual, inclusive consegue implementar reformas e medidas mais ousadas. Trata-se da sagração das urnas que lhe recobre de especial poder. Ela passa uma idéia de rara fragilidade para um recém eleito. Não falo de prestígio junto aos seus eleitores, que estão felizes com sua vitória, mas da ascendência virtual sobre a nação, sobre as instituições políticas, sobre a conjuntura. Lembremo-nos de Fernando Collor, em 1989. Venceu surpreendendo todo mundo, com um pequeno partido, criticado veementemente pela esquerda, mas navegou na euforia das camisetas com mensagens otimistas até bem depois de sua posse. Paradoxalmente, é o candidato derrotado Aécio Neves, quem está eufórico nos dias que passam, com um séquito de convivas por onde passa.

A verdade é que a conjuntura nacional se mostra extremamente instável. Dilma está dividida. Por um lado, está determinada a ter maior peso neste segundo mandato, de forma a deixar uma marca de sua passagem pela Presidência. Em toda a campanha o tom do discurso foram as aquisições da Era Petista, nunca de seu mandato. Teria chegado, agora, o momento de deixar a sua marca na História. Mas, por outro lado, ela está muito fragilizada na consecução deste desiderato. Não tem familiaridade com o PT, que a abrigou. E enfrenta as circunstâncias adversas, como a fragmentação partidária no Congresso, a dubiedade do PMDB e a forte Oposição na imprensa e nas redes. Sem falar na crise econômica...Tudo indica que a abertura dos depoimentos do PETROLÃO vai "estraçalhar" o sistema político. O país está, pois, literalmente, com respiração suspensa. À espera da nomeação do Ministro da Fazenda e toda a nova equipe econômica. À espera dos acontecimentos políticos que cercam a eleição dos Presidentes da Câmara e do Senado. Espera tensa, com nuvens negras ao redor.

O momento requer muita serenidade. Hora de rezar para que Dilma se recomponha e redefina seu novo Governo. Hora de acreditar que a Oposição parlamentar, com epicentro no PSDB no Congresso, assumo seu papel institucional, corroído nos últimos dias pelos bolsonaros que insidiosos varrem

as ruas pedindo a volta dos militares. Hora de torcer para que se separe o que é a OPOSIÇÃO INSTITUCIONAL, indispensável à vida democrática , da OPOSIÇÃO FASCISTA que se insinua pelas redes.

Sociologia da Crise

Paulo Timm

"O estado de coisas é perfeitamente chocante. Não há nenhum caminho fora desse lamaçal; porque, se um homem com o talento de César fracassou, quem pode esperar sair-se bem?"

Cícero

O termo **crise** , vem do grego *krisis* e é usado em vários campos do conhecimento. Ele evoca, sempre, uma idéia de tensão e separação que pode levar , dependendo dos fatores que a determinam, à desintegração do *subjétil* - físico ou social – afetado. Daí que a crise remeta, sempre, ao renascimento. Um matrimônio em crise insuperável conduz ao divórcio. Do divórcio à expectativa de uma nova união conjugal. A economia capitalista sempre foi acompanhada por severas crises, chamadas de mercado, justamente porque é aí que ela se manifesta. Tais crises são cruéis mas “saneadoras”. Elas reorganizam a concorrência e projetam novos atores e produtos. Governos, que são construções sociais do animal político que é o homem, também não escapam à crise. Sobem e descem ao sabor de suas próprias ações ou até de ações que não controlam, como acidentes naturais, guerras externas ou até de meras expectativas de guerra. Antigamente, na era do direito divino dos reis, quando as famílias reais se eternizavam no poder pela hereditariedade destes direitos, ao soberano cabia a responsabilidade de interpretar os humores do tempo. E se não interpretasse adequadamente, prevenindo dissabores, não raro eram defenestrados. E lá subia uma nova dinastia. Contemporaneamente, encontramos formas mais civilizadas de retirar um governante: No parlamentarismo, eles se sucedem pelo voto de desconfiança do parlamento. Fácil. No presidencialismo, ou são substituídos pelo voto, ou , em função do agravamento da própria crise, são cassados, na forma da lei, isto é, nos casos e procedimentos previstos na legislação. Ou seja, neste regime, o titular do poder tem um mandato por um período de tempo e é sempre difícil obviar este tempo por meios legais. Daí porque em sociedades com baixa institucionalidade e cultura democráticas o recurso ao golpe , quando o poder é tomado pela força , é sempre tentador. Vide países africanos...

No Brasil vem-se falando em crise desde o ano passado. Ela envolvia – e assim segue - questões morais, políticas e econômicas. Depois das eleições,

tornou-se recorrente, até porque as medidas governamentais que culminaram na indicação de um Ministro da Fazenda neoliberal, ligado ao BRADESCO, contrariaram, já em dezembro, o discurso da campanha. Nos dias atuais, não sai das conversas mais coloquiais. Mas, afinal, existe mesmo uma “crise” no país? E que crise é essa?

A crise no Brasil, curiosamente, está no ar. Ela é de difícil identificação, mas todo mundo a sente ou pressente. Às vezes ela se manifesta nas Pesquisas de Opinião que medem a confiança nas instituições, no Governo e até mesmo na Presidente Dilma. Os resultados apontam nítido descrédito por todos eles, sendo o mais perceptível aquele que se refere ao mundo político: Partidos, Políticos, Três Poderes. A imprensa também não escapa. Salvam-se, apenas, as Igrejas e as Forças Armadas. Este sentimento extravasa nas ruas e alimentou as manifestações de 15 de março e 12 de abril, esta mais centrada, já, no “Fora Dilma”. No fundo, por trás disso tudo, grassa um cansaço da população com a corrupção. É a crise moral, bem explorada pela grande mídia, interessada e fustigar o Governo. Outras vezes, porém, a crise bate no bolso do cidadão, principalmente quando vê os preços dos alimentos e de alguns serviços essenciais, como transporte público e energia, saltarem de seu orçamento. A inflação, a despeito das promessas do Governo de mantê-la sob controle, voltou a ameaçar. Assusta. Mas ela ainda não é crítica, embora alimente o desespero de alguns segmentos, como os caminhoneiros que já pararam uma vez as estradas e ameaçam volta à carga. Mas ela se converte em elemento de crise, quando combinada com o desemprego. Aí bate a paúra e revela a todo mundo que a paralisação da economia não é um assunto de especialistas, mas da população, sobretudo, a mais vulnerável socialmente. Uma só empresa gaúcha, em Canoas, acaba de despedir 700 empregados. Aí todo mundo descobre que trabalhador come PIB, sim, contrariamente ao que afirmavam acólitos do Governo, há pouco tempo. Com a emergência desta crise – econômica -, o mal estar ganha corpo e anima o descontentamento com a Política. Eleva-se a temperatura, borbulham os impropérios, dardejaram acusações por todos os lados. Foi-se o pão, não há solução...E crescem os clamores contra o Governo, não faltando aqueles que se iludem com a volta dos militares ou que simplesmente defendem o FORA DILMA, sem atentar para as implicações deste gesto.

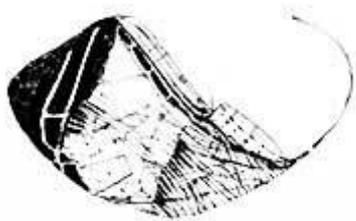
Sobre tudo isso, advém, porém, um elemento novo da crise: Falta papel higiênico nas Embaixadas do Brasil no exterior. Como faltam medicamentos nos Postos de Saúde, como faltam professores nas Escolas, como faltam boas estradas, portos eficientes na gestão do comércio exterior. Em cem dias de novo Governo, já caíram e mudaram três Ministros, um deles, justamente o da Educação num bate boca no Plenário da Câmara dos Deputados. Outro, o deputado Pepe Vargas – PT-RS, tanto chorou pela sua substituição pelo vice Michel Temer na Articulação Política, que acabou recebendo, como consolo , a

Secretaria de Direitos Humanos, reduzida à humilhante condição de moeda de troca neste processo. Enquanto isso, o Tribunal de Contas da União acusa Dilma Roussef pelo artifício ilegal de “pedaladas fiscais” levadas a cabo para encobrir os déficits dos anos dois últimos, prática que poderia passar despercebida em outro contexto mas que, agora, alimenta a sinistrose. Ameaça, na verdade, criar um elemento legal para o impeachment, calcado na infringência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Recobrando estas lacunas, a PETROBRÁS: A maior empresa do país, estatal, divulga seu Balanço, no qual contabiliza mais de R\$ 6 bilhões por conta de malfeitos e Perda de 45 bilhões de ativos, principalente com os complexos Comperj e Abreu e Lima, além do registro de uma dívida equivalente à parcela expressiva do montante de divisas duramente conquistado pelo país, na ordem de R\$ 300 bilhões. Ora, isso não é Crise Política, nem Econômica. São lapsos administrativos do núcleo central do Poder, geradores de mais inquietação num cenário já conturbado. E são eles que poderão quebrar realmente a coluna do Governo atingindo a Presidente da República. É este fato que deixa a impressão de anomia na conjuntura, uma situação em que ninguém controla nada e que cada um faz o que bem entende. E aí exsurge a grande dúvida: - Quem é mesmo Dilma Roussef? Será ela realmente capaz de retomar – porque disso se trata – o controle da situação impondo-se como Chefe de Estado e Líder da facção política supostamente majoritária? Ou é apenas a técnica que sempre prometeu e pouco provou como tal? Ou, como dizia a crônica mais solta, na sua primeira campanha, é apenas um “poste”?

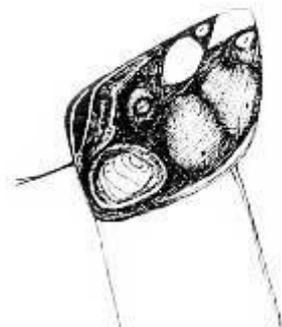
A verdade é que até as vozes mais apaziguadores do momento, como o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso , contrário ao *impeachment*, já são acoados pelos seus correligionários para avançarem o sinal , com vistas ao impeachment da Presidente. Começa a dar resultados, pois se sabe que o seu Partido, o PSDB, já encomendou pareceres jurídicos sobre o assunto. Alheio às eminências pardas deste Partido, porém, seu líder na Câmara recolhe elementos para o dito impeachment. Lideranças jovens e apartidárias das manifestações de março e abril também rompem com preconceitos e já se reúnem abertamente no Congresso Nacional com líderes da Oposição, fazendo crer que teria chegado a “hora dos profissionais” agirem. Um perigo! Mais das vezes, na precipitação dos acontecimentos, sob pressão das ruas, estes profissionais apenas reeditam, por meios menos agressivos, mas não menos preocupantes, os velhos golpes militares. Recriam imediatamente os mesmos fatores de crise que os antecederam. E a democracia perde oportunidade de se consolidar em instituições e lideranças renovadas. Na América Latina, em 2002, houve uma tentativa malograda de depor Hugo Chavez. Nesse mesmo ano, cai Collor, no Brasil, lancetado por preciso impeachment. Pouco antes, em 1999 havia caído o Governo Raúl Cubas, no Paraguai, reeditando-se o ato em 2012 , quando, num súbito golpe parlamentar, cairia o Presidente Presidente Fernando Lugo. No ano 2000, caiu també Alberto Fujimori no, do Peru.

“Violentos distúrbios levaram o presidente argentino Fernando de la Rúa a deixar o poder na metade de seu mandato, em 20 de dezembro (2001). Após 43 meses de recessão e de insuportável nível de desemprego, De la Rúa deu seu primeiro passo em direção ao abismo em 3 de dezembro de 2001, quando congelou os depósitos bancários para frear a sangria de divisas. O "corralito", como os argentinos denominaram esse congelamento, desesperou a classe média.” - <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1304200218.htm> Abriu espaço para a Era Kirchner. Em 2009, suceder-se-ia o episódio da prisão e queda do Presidente de Honduras: “Os militares tomaram as ruas da capital Tegucigalpa poucas horas depois que o presidente de Honduras, Manuel Zelaya, foi detido pelas Forças Armadas na manhã deste domingo. Carros blindados e tanques saíram às ruas e aviões sobrevoaram a cidade. Zelaya confirmou ter sido levado para a Costa Rica”- <http://poncheverde.blogspot.com.br/2009/06/cai-o-presidente-de-honduras-candidato.html> . Muitos dirão que todas estas bruscas mudanças foram imperativas, algumas decorrentes de flagrante corrupção ou incompetência. Na verdade, realimentam uma cultura de intervenção no processo representativo. A se sucederem, com igual ou maior frequência, alimentarão a mudança de regime em toda a América Latina. Até quando, por exemplo, continuaremos com um Presidencialismo sem Poder, como o que se configura no Brasil atual, e um Parlamentarismo sem credibilidade, com os dois Presidentes, do Senado Federal e da Câmara , suspeitos de corrupção?

Enfim, talvez devêssemos aprender a ter mais cautela diante das crises, dando tempo ao tempo, para destilar suas soluções. “Eles”, os políticos profissionais deveriam, também, olhar além de seu umbigo e tentar encaminhar o que todo mundo reclama, embora não saiba como fazer: A Reforma Política.



MARCIA TIBURI



Marcia Tiburi é filósofa

Marcia Tiburi é graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. Publicou diversos livros de filosofia, entre eles “As Mulheres e a Filosofia” (Ed. Unisinos, 2002), Filosofia Cinza – a melancolia e o corpo nas dobras da escrita (Escritos, 2004); “Mulheres, Filosofia ou Coisas do Gênero” (EDUNISC, 2008), “Filosofia em Comum” (Ed. Record, 2008), “Filosofia Brincante” (Record, 2010), “Olho de Vidro” (Record 2011), “Filosofia Pop” (Ed. Bregantini, 2011) e Sociedade Fissurada (Record, 2013). Publicou também romances: Magnólia (2005), A Mulher de Costas (2006) e O Manto (2009), Era meu esse Rosto (Record, 2012). É autora ainda dos livros Diálogo/desenho, Diálogo/dança, Diálogo/Fotografia e Diálogo/Cinema (ed. SENAC-SP).

É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie e colunista da revista Cult.

Indústria Cultural da Antipolítica – O caráter manipulador

O caráter manipulador

Discursos e manifestações revelam o caráter manipulador como parte fundamental da antipolítica de nossa época. Política é a capacidade humana de criar laços comuns em nome da boa convivência entre todos, o que requer defesa de direitos para todos e respeito por cada um. Antipolítica, por sua vez, é a destruição orquestrada dessas potencialidades.

Importante ter em vista que a luta pela defesa de direitos em qualquer sociedade inscreve-se no cenário da valorização tanto do comum quanto do singular que nele floresce. O que chamamos de comum exige a singularidade que é, ao mesmo tempo, a função do “outro” como uma dimensão essencial na vida de cada um. Ora, o comum – aquilo que construímos entre nós em termos políticos – é feito de singularidade e de alteridade. O comum não é simplesmente o coletivo, pois a antipolítica também implica algo de coletivo.

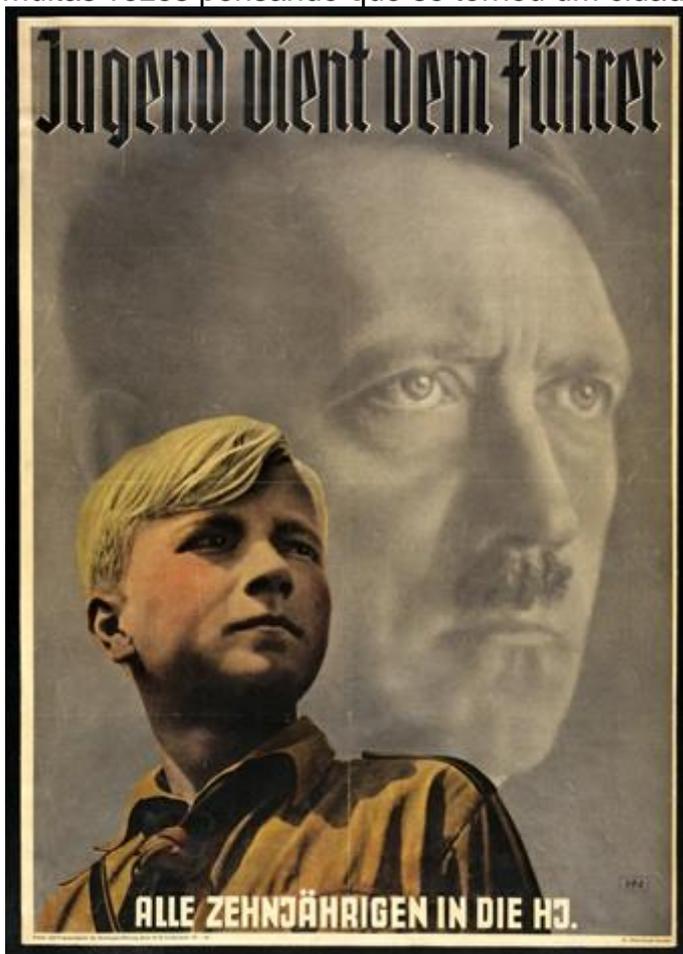
Podemos dizer que o comum *une*, enquanto o coletivo simplesmente *reúne*. A união é diferente da simples reunião.

Hoje em dia ouve-se falar da diferença teórica entre massa e multidão. Enquanto a massa seria amorfa e manipulável, a multidão seria feita de singularidades que se expressam politicamente em busca do comum. Para usar a distinção anterior, as multidões são políticas, as massas antipolíticas. A multidão é a união das singularidades, a massa a reunião das individualidades. A multidão preserva a alteridade, a massa aniquila a singularidade. A massa é manipulável, a multidão não. A massa é autoritária, a multidão emancipada. A

massa é regressiva, a multidão progressiva. A massa precisa de um líder que a conduza, a multidão só precisa do desejo de cada um.

É verdade que as ruas foram ocupadas por multidões desde 2011 pelo mundo afora e no Brasil em junho de 2013. No entanto, um fenômeno interessante precisa ser levado em conta. Retomando a diferença entre união e reunião, entre comum e coletivo, podemos dizer que as manifestações nas ruas foram um misto de massa e multidão. Justamente por conta de seu caráter híbrido é que se explica a sua aparência. O que, no caso das multidões remeteria à grandiosidade sublime e por isso, seria algo impressionante, no caso das massas remeteria a uma monstruosidade apavorante como vimos em manifestações fascistas nas avenidas de algumas grandes cidades tais como São Paulo.

A manifestação antipolítica depende de líderes manipuladores (deputados, torturadores, apresentadores de televisão, pseudo-jornalistas são vistos nesse papel em nossos dias). É o caráter manipulador que opera na formação das massas. Os meios de comunicação tem um papel fundamental nesse processo: a propaganda disfarçada de jornalismo, contudo, não consegue esconder o seu fascismo, mas consegue transformar a visão de mundo fascista (de ódio e negação da alteridade) em valor que é louvado por quem nunca pensou em termos políticos e, por isso mesmo, cai na armadilha antipolítica muitas vezes pensando que se tornou um cidadão.



O analfabeto político é antipolítico

O que leva um indivíduo a reunir-se em um coletivo sem pensar com cuidado crítico nas causas e consequências dos seus atos configura aquilo que

chamamos de analfabetismo político. Mas, no caso dos personagens jovens que surgem atualmente, tais como Kim Katagiri ou Fernando Holiday do fascistoide Movimento Brasil Livre, está em jogo a forma mais perversa de analfabetismo político. Aquele de quem foi manipulado desde cedo e não teve chance de pensar de modo autocrítico porque sua formação foi, no sentido político, “de-formação”, a interrupção da capacidade de pensar, de refletir e de discernir.

Theodor Adorno no famoso texto “Educação após Auschwitz” (1969) falava de sua preocupação quanto à repetição do nazismo. A educação depois da catástrofe teria um papel como política e como autocrítica. Por meio dela as pessoas poderiam investigar a formação da própria subjetividade perguntando-se como se tornaram quem elas são. Essa é uma das perguntas mais importantes que precisamos fazer hoje quando nos damos conta dos processos de “dessubjetivação” ocultos em crenças de livre expressão e liberdade. Trata-se de uma pergunta ética por excelência, uma pergunta que, levada a sério, forja a política e impede a antipolítica.

Se pensarmos em figuras antipolíticas tais como deputados homofóbicos, que fazem da homofobia sua bandeira delirante, ou em outros golpistas corruptos que com o poder governamental nas mãos propõem todas as formas de retrocesso social, podemos ficar muito preocupados, pois o governo brasileiro atual está cheio de líderes fascistas com alto poder de manipulação das massas. São personagens manipuladores criados e, eles mesmos, manipulados pelos meios de comunicação, mas que tem uma vasta experiência a oferecer a estes mesmos meios que os manipulam. O acordo entre esses indivíduos manipuladores e as instituições é perfeito. Esses indivíduos manipuladores não são autônomos, são peças de uma engrenagem que os vende como heróis e, de modo corrompido, se servem dela. São os corruptos de um sistema corruptor. Vendo-os em ação poderíamos pensar que o “caráter manipulador” seria coisa de homens velhos, forjados pela ditadura militar, por algum tipo de educação fria e violenta.

Isso é verdade. Mas o que dizer dos jovens que discursam de maneira fascista? Jovens manipulados, usados pela indústria cultural da antipolítica que tem seus empresários e patrocinadores, sabem o que dizem? Creio que não. Manipular jovens e crianças é o que há de mais perverso, pois se trata de uma manipulação em segunda potência, aquela que opera sobre quem não tem como se defender. Por outro lado, essa manipulação implica a morte da esperança no futuro simbolizado por jovens e crianças. A indústria cultural da antipolítica criminaliza e mata jovens negros e pobres (a redução da maioria penal que ameaça a juventude negra e pobre brasileira hoje é a face legal da matança de jovens negros e pobres nas periferias) enquanto elege outros jovens pobres (e, inclusive, negros como é o caso de Fernando Holiday do Movimento Brasil Livre) a heróis fascistas manipulando a opinião pública quanto ao sentido das intenções e interesses nesse tipo de jogo.

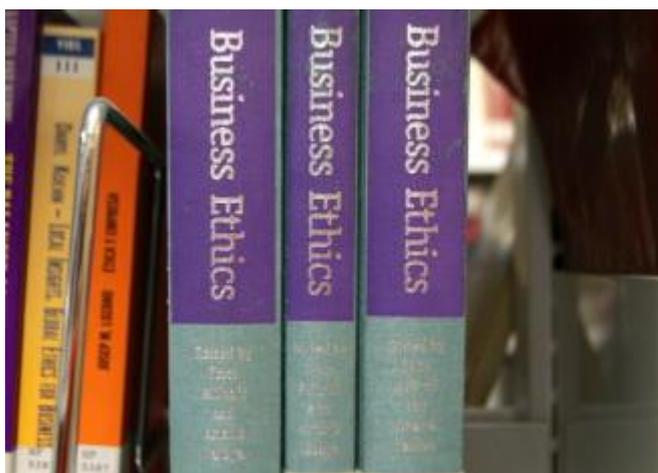
Neste sentido, o capitalismo é altamente pedófilo, no sentido de manipular as consciências imaturas e inocentes. Toda a manipulação das crianças e dos jovens pela propaganda e pelos meios de comunicação configura o “caráter pedofílico” do capitalismo em sua fase atual.

A irresponsabilidade que configura a antipolítica, no entanto, reúne a todos esses “líderes” – sejam velhos, sejam jovens – dispostos a manipular massas.

Somente a união em outra direção, contra o fascismo em nome da democracia, pode mudar o rumo perverso da história que se desenha hoje.

p.s. Um passeio na história da juventude hitlerista nos serviria de espelho hoje? (Remeto ao texto de Ana Maria Dietrich sobre A juventude hitlerista à brasileira para quem quiser olhar a história da questão.http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/juventude_hitlerista_a_brasileira.html)

Uma brevíssima introdução geral ao conceito de “Ética” – Ricardo Timm de Souza



Por Ricardo Timm de Souza - 19/03/2015

Não obstante o fato de que bibliotecas inteiras têm sido escritas a respeito da Ética e das questões éticas ao longo dos séculos, a essência do problema é relativamente fácil de localizar e circunscrever. Trata-se do seguinte: quando nos referimos àquilo que, no fundo, nos leva a pensar e indagar sobre o conceito de “Ética” – a condição humana –, percebemos que a Ética não é um elemento qualquer no universo dos significantes e significados do mundo. Na verdade, a Ética é o fundamento da própria possibilidade de pensar o humano. E isso porque a *própria ideia de pensar* pressupõe a Ética. Não existe pensamento fora de alguém que pensa, e esse alguém não é um indivíduo fechado em si mesmo, mas sim, de algum modo, o *fruto concreto das relações* – sejam relações no âmbito de sua gênese biológica (ninguém nasce senão de seus pais), sejam relações em termos de sua geração social e histórica (ninguém existe fora de uma cultura e de uma língua que o acolhem, ou fora de estruturas materiais que o sustentam). Ser humano é provir e viver na multiplicidade do humano. E não qualquer multiplicidade, mas multiplicidade qualificada ou, exatamente, *multiplicidade ética*, do agir de uns com relação aos outros e dos *sentidos* que esse agir vai assumindo ao longo do tempo. E isso é muito fácil de verificar. Pois, para que a gestação biológica de nossa mãe tenha chegado a um *bom* termo e tenhamos nascidos saudáveis, é necessário que nem nossa mãe, nem todos os que a apoiaram, houvessem agido de forma *má*, pelo menos não a ponto de impedir nosso desenvolvimento. O mesmo se dá, também, em cada um dos momentos de nossa vida, não apenas daqueles por nós facilmente percebidos como decisivos ou muito importantes,

mas igualmente naqueles, aparentemente coloquiais, que constituem propriamente o dia-a-dia de nossa vida, a teia dos momentos na qual vivemos em nossa cotidianidade. Em suma: em todos os momentos de nossa vida, define-se em cada situação a continuidade de nossa existência, não através de atos indiferentes, mas na especificidade única e não-neutra de cada ato. Um ato qualquer, um *agir* específico, pode tanto fazer viver como fazer morrer. Não há instante isolado, neutro ou indiferente para a vida; há apenas instantes que conspiram ou para a continuação e promoção da vida, ou para sua corrosão e destruição.

Ética é, assim, em uma brevíssima descrição, o fundamento da condição humana que vive, age e reflete sobre si, sobre seu lugar, sobre sua casa, sobre seu mundo, a partir das relações desde sempre presentes e/ou a serem construídas entre os humanos uns com os outros e entre os humanos e o restante do mundo. E, assim sendo, Ética é o fundamento de todas as especificidades do viver, em suas mais complexas relações e derivações, das ciências e da tecnologia, da história das comunidades e da própria filosofia. Essa é a razão pela qual a Ética é o princípio do qual toda a atividade humana deve provir e ao qual deve igualmente se dirigir: a manutenção de relações saudáveis dos seres humanos entre si, dos humanos com relação à vida em geral e dos humanos com a totalidade do ambiente no qual vivem e com o qual interagem.

Notas e Referências:

SOUZA, Ricardo Timm de. *Levinas e a ancestralidade do mal – por uma crítica da violência biopolítica*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

_____, *Totalidade & Desagregação – sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____, *O tempo e a Máquina do Tempo – estudos de filosofia e pós-modernidade*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____, *Sujeito, ética e história – Levinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____, *Existência em Decisão – uma introdução ao pensamento de Franz Rosenzweig*, São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____, *Sentido e Alteridade – Dez ensaios sobre o pensamento de E. Levinas*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000 (2. Edição e-book: EDIPUCRS, 2010).

_____, *Metamorfose e Extinção – sobre Kafka e a patologia do tempo*, Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

_____, *Ainda além do medo – filosofia e antropologia do preconceito*, Porto Alegre: DaCasa-Palmarinca, 2002.

_____, *Sobre a construção do sentido – o pensar e o agir entre a vida e a filosofia*, São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____, *Responsabilidade Social – uma introdução à Ética Política para o Brasil do século XXI*, Porto Alegre: Evangraf, 2003.

_____, *Razões plurais – itinerários da racionalidade ética no século XX: Adorno, Bergson, Derrida, Levinas, Rosenzweig*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____, *Fontes do humanismo latino – A condição humana no pensamento filosófico moderno e contemporâneo*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____, *Ética como fundamento – uma introdução à ética contemporânea*, São Leopoldo, Editora Nova Harmonia, 2004.

_____, *Sentidos do Infinito – a categoria de “Infinito” nas origens da racionalidade ocidental, dos pré-socráticos a Hegel*, Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

_____, *Em torno à Diferença – aventuras da alteridade na complexidade da cultura contemporânea*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____, *Justiça em seus termos – dignidade humana, dignidade do mundo*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____, *Adorno & Kafka – paradoxos do singular*, Passo Fundo: Editora do IFIBE, 2010.

_____, *Kafka, a Justiça, o Veredicto e a Colônia Penal*, São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____, “Ecos das vozes que emudeceram’: memória ética como memória primeira”, in: RUIZ, Castor Bartolomé (Org.). *Justiça e memória – para uma crítica ética da violência*, São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2009.

_____, “O corpo do tempo: um exercício fenomenológico”, in: SOUZA, R. T. – OLIVEIRA, N. F. (Orgs), *Fenomenologia hoje II – significado e linguagem*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 439-450.

_____, “Da metamorfose da intencionalidade à metamorfose do sentido – uma leitura de Levinas”. In: LOPARIC, Zeljko; WALTON, Roberto. (Orgs.). *Phenomenology 2005 – Selected Essays from Latin America*. 1 ed. Bucarest: Zeta Books, 2007, v. 2.

_____, “O nervo exposto – por uma crítica da ideia de razão desde a racionalidade ética”, in: GAUER, R. M. C. (Org.), *Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos II*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

* As bases teóricas e categoriais do presente texto podem ser localizadas nas “Referências”, ao fim do mesmo.



Ricardo Timm de Souza é Professor Titular da FFCH/PUCRS. www.timmsouza.blogspot.com.br

Imagem Ilustrativa do Post: Universitat Pompeu Fabra // Foto de: Teresa Grau Ros // Sem alterações

Disponível em: https://www.flickr.com/photos/teresa_grau_ros/14601201320/

Licença de uso: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0/legalcode>

O agravamento da crise política e o beco sem saída, por Aldo Fornazieri **ALDOFORNAZIERI**

SEG, 04/05/2015 - 07:09

O agravamento da crise política e o beco sem saída, por Aldo Fornazieri

A semana que passou foi marcada pelo agravamento dos sintomas da crise política sistêmica que afeta o Brasil. Os sinais desse agravamento podem ser identificados na selvagem repressão dos professores do Paraná, perpetrada pelo governador Beto Richa; pelo tiroteio de Renan Calheiros contra Eduardo Cunha, contra Michel Temer e contra a presidente Dilma; pela ausência do discurso de Dilma no 1º de maio; pela anemia das comemorações ou protestos no 1º de maio no memento em que o desemprego se acentua e que a economia apresenta sinais de recuo mais agudo; pelo desaparecimento político de Marina Silva; pelos sinais de confusão política do PSDB e pela incapacidade do PT de reagir ao seu próprio colapso. N Vale do Anhangabaú Lula declarou-se disposto a brigar. Mas contra quem? Com qual programa? Enfim, vários outros sintomas do agravamento da crise política poderiam ser alinhados, sendo alguns mais recentes e outros mais antigos.

A desorientação política, econômica e moral do país e a ausência de alternativas evidencia o colapso do sistema político tradicional, com seus partidos e seus líderes. O fato de milhares de pessoas terem acudido às ruas nos protestos dos dias 15 de março e 12 de abril, sem que houvesse uma

liderança visível, identificável, com objetivos claros e definidos, é uma prova factual do colapso do sistema político e partidário.

Indignada, a sociedade assiste perplexa a falta de rumos e de alternativas. Com a presidente calada e ausente, com o PT acantonado, com o PMDB dividido e com a oposição desorientada, as duas vozes que protagonizam a política brasileira vêm de dois políticos implicados nas investigações da Lava Jato: o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o presidente do Senado, Renan Calheiros. Os governadores, novos e reeleitos, tolhidos por três crises – fiscal, política e econômica – mostram-se incapazes de esboçar qualquer protagonismo, ficando, cada um, mergulhado e isolado em sua própria crise regional. O ministério, com exceção de Joaquim Levy, que precisa se desdobrar para costurar os vários rombos da política econômica, continua com o mesmo espírito de ausência e de alheamento do primeiro mandato de Dilma.

A anemia do 1º de Maio é reveladora do encapsulamento e da paralisia do movimento sindical. Enquanto os setores ligados à CUT mostram-se incapazes de avançar rumo a qualquer programa reformador e modernizador, os setores ligados à Força Sindical mostram-se dispostos a sacrificar direitos trabalhistas no altar do oportunismo e das conveniências políticas. Com raras e honrosas exceções, como o MTST e entidades de professores, os movimentos sociais pagam o alto preço de anos de adesismo e de perda de autonomia em face do governo. A realidade está a mostrar, mais uma vez, que, nos momentos de crise, os governos seguem suas lógicas, mesmo ao custo do abandono de suas bases eleitorais.

No lado empresarial, também dominado por lideranças fracas, os históricos reclamos particularistas se sobrepõem a qualquer estratégia de desenvolvimento do país. Se é verdade que nos últimos 30 anos o Brasil sofreu o forte processo de desindustrialização, provocado pelos equívocos dos sucessivos governos, também é verdade que os industriais sempre aceitaram a dependência e as ajudas desses mesmos governos, que privilegiaram alguns setores em detrimento de outros e subsidiaram recursos que nem sempre se traduziram em novos investimentos e novos empregos.

É no rastro da crise moral do governo e do PT e da paralisia do movimento sindical que se estrutura uma nova direita, ganhando, inclusive, a adesão de muitos jovens. Liberais-conservadores e neodireitistas procuram impor uma agenda política conservadora no Congresso em temas que atingem desde direitos trabalhistas, passa pela falsa solução da redução da maioria penal e chega até questões ligadas aos costumes e aos direitos de grupos sociais específicos. À esquerda de tudo isto, o PSOL, com suas dificuldades programáticas, com suas divisões internas e com lideranças incipientes, mostra-se incapaz de galvanizar uma alternativa nacional. O que se tem hoje são partidos sem militantes; militantes sem líderes; líderes sem honra. Os princípios éticos da política foram degradados; e a política se tornou um desprazer, uma atividade repudiada pela sociedade.

A semana passada foi marcada também pelo recuo da bancada federal do PSDB em propor a abertura do processo de impeachment. A medida foi sensata, por um lado. Mas ela foi tomada, menos por convicção e mais pela percepção de que o partido não tem força suficiente para bancar a iniciativa

nas ruas. Provavelmente, foi calculada também a possibilidade de uma forte reação dos grupos políticos e sociais contrários ao impeachment.

Assim, o impasse político do país, neste momento, se resume no seguinte: por um lado, o governo procura sair das cordas, com muitos políticos querendo salvar o pescoço na operação Lava Jato. Por outro, a oposição, no limite, quer manter o governo sangrando até 2018 e, se possível, proporá o impeachment. Na prática, ninguém se apresenta para propor uma saída para a crise que seja capaz de manter conquistas sociais e de promover uma nova onda de reformas estruturais orientadas para o desenvolvimento. Sem lideranças capazes de comandar movimentos, costurar pactos, definir programas de futuro, esta falta de luz no fim do túnel tende a se prolongar indefinidamente.

Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

ESTADÃO noite QUARTA-FEIRA, 13.05.2015

ALDO FORNAZIERI*

Lula apostando forte

Quem acompanha o noticiário deve ter percebido uma presença maior de Lula nos ambientes políticos públicos. Após as eleições de 2014 e a partir do recrudescimento do escândalo da Petrobrás, Lula havia se retraído. A rigor, existem quatro determinações que movem Lula cada vez mais para o centro do cenário político.

A primeira diz respeito a 2018. Com o enfraquecimento político de Dilma, as forças que se agregam em torno do governo tendem a uma crescente dispersão já que a presidente não consegue oferecer uma perspectiva de poder futuro. A fraqueza do governo exerce um movimento centrífugo e dispersivo junto às forças do entorno. A maior desvolutura de Lula tem em vista provocar um movimento centrípeto, de rearticulação e reorganização de forças partidárias e sociais em torno de uma perspectiva de poder que teria ele próprio como ponto central de agregação.

Mas, ao mesmo tempo, Lula não pode assumir que

é candidato. Se assumisse essa condição, se veria em meio a um fogo cerrado muito mais forte do que aquele que já o atinge. Nestas circunstâncias, o melhor a fazer é o jogo da ambiguidade: não afirma que é candidato, mas também não desmente e age como se fosse. Com isto, mantém o cacife para jogar e mantém poder de interlocução junto a vários atores políticos, econômicos e sociais.

A segunda determinação se relaciona com a fraqueza e a rejeição do PT. O PT vem se mostrando incapaz de reagir a sua crise, o que o faz, inclusive, perder militância e adesão de setores sociais. Ao retomar o ativismo político, Lula pontifica como um substituto do partido, até porque ele sofreu, até agora, um desgaste menor do que o PT. Busca, assim, evitar uma maior dispersão e deserção de forças próprias.

A terceira e a quarta determinações são duas faces de uma mesma moeda: por um lado, Lula critica aspectos do ajuste fiscal, colocando-se ao lado dos reclamos das bases sindicais do PT e da CUT; mas, por outro, defende incisivamente Dilma, sinalizando que se a oposição radicalizar, ele e as forças que o seguem também radicalizarão em defesa do mandato presidencial. A ambiguidade dessas duas determinações constitui a parte mais difícil e perigosa do jogo. Explique-se: para Dilma recuperar a credibilidade e consolidar seu segundo mandato, depende do êxito do ajuste fiscal. Mas

Partidos se preparam para o pós-Dilma

Mal começou o governo, a dúvida entre os políticos é sobre como e quando ele vai acabar

Andrei Meireles 5 maio

<http://www.fatoonline.com.br/conteudo/2515/partidos-se-preparam-para-o-pos-dilma>

Pelos bons e maus motivos, o político pode ser um visionário. Quando tem talento para o ramo, consegue sobreviver no dia a dia e se projetar para o futuro. Os craques vão além. Como os gatos, enxergam melhor no escuro. Nesse breu em que, nesse segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff e o PT mergulharam, o cenário mudou para todos.

A primeira impressão é espantosa. Em sua maioria, deputados e senadores, no topo da hierarquia da política brasileira, parecem não entender bem onde estão e o que estão fazendo. O exemplo mais patético acontece toda semana, de terça a quinta-feira na Câmara dos Deputados. Centenas de deputados – líderes por talento, dinheiro ou DNA em suas bases eleitorais – recebem puxão de orelha do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Casa e verdadeiro bedel da turma. Poucos reagem.

Comportam-se assim porque esperam. Querem carinho, favores, cargos e verbas. Uns para apresentarem como argumentos na reeleição. Outros, para enriquecerem. Outra parte, pelos dois motivos. Todos, no entanto, aguardam a vez de entrar no verdadeiro jogo de disputa pelo poder.

Os protagonistas dessa história, a favor ou contra o governo, estão tateando no presente, mas não resistem à tentação de apostar no futuro. Parece inacreditável, mas com pouco mais de cem dias de um mandato de quatro anos, a sucessão de Dilma está na pauta de todas as forças políticas, inclusive a do PT. A dúvida é sobre quando ela vai acontecer. Se vai cumprir o calendário eleitoral institucional, que prevê a troca de inquilino no Palácio do Planalto em janeiro de 2019, ou se ocorre antes por causa dos escândalos na Petrobrás e em outras empresas estatais.

Se não for atropelada pelos acontecimentos, a luta para definir quem vai suceder a presidente Dilma vai durar quatro anos. Jogo de longo alcance, mas que já está acirrado. Um dos primeiros movimentos é a fusão do independente PSB com o opositor PPS. O resultado imediato pouco muda: o novo partido continua tendo praticamente o mesmo peso na Câmara e no Senado. Sua atuação também vai ficar mais ou menos igual: a corrente opositora do PSB sai fortalecida, mas o PPS perde a disposição de ser a ponta de lança das oposições. Isso é evidente, por exemplo, na pisada de freio dos líderes do PPS na defesa da imediata abertura do processo de impeachment da presidente Dilma.

Mas o que vale mesmo nessa fusão são as apostas para o futuro. A curto prazo, a meta nas eleições municipais é desbancar o PT da condição de principal força política e eleitoral no campo das esquerdas. O carro-chefe dessa empreitada será a candidatura à Prefeitura de São Paulo da senadora Marta Suplicy, que largou o PT e se prepara para ingressar nesse novo PSB.

Move os socialistas do PSB e do PPS o chamado projeto paulista, discretamente estimulado pelos tucanos ligados ao governador Geraldo Alckmin. Eles sonham com um cenário em que Marta e outros candidatos do partido saiam vitoriosos em grandes cidades de São Paulo. Com isso, acreditam, teriam força para disputar o governo paulista.

Como Alckmin terá que deixar o cargo para disputar as eleições, assume o governo o vice Márcio França, com planos para concorrer à reeleição. Não foi à toa que França foi um dos principais patrocinadores da fusão dos dois partidos socialistas. A ideia seria de uma dobradinha com Alckmin entrando no páreo pela Presidência da República. Mas aí a conversa é bem diferente.

Os senadores Aécio Neves e José Serra também querem suceder Dilma. Aécio ganhou grande cacife político e eleitoral no ano passado. De lá para cá, com o desgaste absoluto de Dilma, melhorou ainda mais sua posição. Todas as pesquisas mostram que, se a eleição fosse hoje, Aécio entraria na disputa como favorito. Além disso, ele é o presidente do partido, simplesmente quem pilota a máquina que vai escolher o candidato.

Entre Alckmin e Aécio, José Serra é quem hoje parece ter menos chances. Mas ele virou a grande estrela no Senado, com propostas econômicas e políticas que fazem sucesso entre seus colegas. Serra está em lua de mel com os caciques do PMDB no Senado. O casamento do PMDB com o PT acabou de forma litigiosa. O partido vai seguir caminho próprio em 2018.

Como sempre, o PMDB tem bons quadros para as disputas regionais, mas nenhum que passe confiança para encarar uma eleição presidencial. As primeiras apostas são cariocas. O prefeito Eduardo Paes torce para se viabilizar na esteira das Olimpíadas do Rio. O bedel Eduardo Cunha pauta na Câmara uma agenda conservadora como sua principal bandeira, na expectativa de uma mudança de ares na sociedade, causada pela debacle petista.

Para José Serra, a Presidência da República é mais que uma aspiração. É uma obstinação. Como não passa de terceira opção entre os tucanos, ele pode ser seduzido pelo tapete vermelho que os senadores do PMDB parecem lhe estender. Serra ainda tem como alternativa concorrer mais uma vez ao governo de São Paulo, o que acabaria de vez com a expectativa dos socialistas de apoio do tucanato à candidatura Márcio França.

Como é muito difícil vingar a dobradinha de Alckmin e França, há socialistas que trabalham com um plano B – o senador tucano Álvaro Dias. Reeleito no ano passado com uma votação consagradora no Paraná, ele tem sido sondado para trocar de partido e realizar na nova legenda socialista seu antigo sonho de concorrer ao Palácio do Planalto.

No quarto mandato consecutivo no Palácio do Planalto, o desgastado PT só tem uma alternativa: colocar todas as fichas no ex-presidente Lula e torcer para que ele não seja engolfado pelos escândalos nas empresas estatais. O próprio Lula, percebendo que o cerco está se fechando, passou a emitir sinais de reação, dizendo que não foge à luta. Também com popularidade em baixa, Lula grava vídeo fazendo ginástica, combate o projeto de terceirização e aparece como única estrela do programa do PT em rede nacional de rádio e tv. Se conseguir sair ileso das investigações, e o governo Dilma não atrapalhar, os petistas acreditam que Lula poderá ser um candidato competitivo.

Mas se vierem mesmo os ventos em que aposta o deputado Eduardo Cunha, o mais provável é que outro político conservador, o senador goiano Ronaldo

Caiado, é quem tire proveito. Sucesso nas redes sociais e entre alguns dos porta-vozes de movimentos que convocaram as gigantescas manifestações populares de março e abril, Caiado parece hoje com melhores condições para conquistar o voto conservador. Ainda mais se seu desgastado DEM ganhar uma roupagem nova, e menos direitista, na fusão com o PTB do ex-deputado Roberto Jefferson.

Também está no páreo a ex-senadora Marina Silva. Ela saiu politicamente arranhada da sucessão presidencial, ao se desmilinguir diante dos ataques e baixarias da campanha de Dilma. A previsão é de que seu partido, a Rede, receba em junho o registro do Tribunal Superior Eleitoral. A expectativa dos aliados de Marina é de que ela naturalmente volte a crescer, beneficiando-se do fracasso de Dilma. Está, portanto, aberto o jogo sucessório de uma presidente que começou uma nova gestão com cara de fim de governo. A única dúvida é sobre como e quando ele vai terminar.

A frente ampla: instrumento estratégico de resistência e avanço

[Roberto Amaral na Carta Capital](#)

Um movimento de caráter popular que congregue as forças progressistas é necessário para combater a ascensão da direita

Ao final do memorável pleito de 1989, propusemos, Jamil Haddad e eu, ao PT e ao seu líder Luiz Inácio Lula da Silva, a institucionalização, ampliada ou não, da Frente Brasil Popular, responsável pela mais importante campanha eleitoral realizada até aqui, desde a redemocratização de 1984. Foi aquele, é preciso recordar, um pleito rico do ponto de vista político (nada a ver com os debates das últimas eleições presidenciais), ensejando uma discussão ideológica que jamais se repetiria, e que, talvez, até pela sua riqueza, tenha sido condenado ao esquecimento.

A Frente, integrada por um pequeno, mas vibrante, PT (vibrante tanto quanto sectário, em um purismo que não conseguiu preservar), congregava o saudoso PSB e o PCdoB, numa disputa na qual enfrentou gigantes como PMDB, PFL e PDT de então, liderado pela figura carismática, histórica e forte de Leonel Brizola. Pois essa Frente, sem abdicar de princípios, sem marqueteiros, levou o líder metalúrgico – dito e redito sem viabilidade eleitoral – a disputar o segundo turno das eleições com o candidato das forças conservadoras, do grande capital e dos grandes meios de comunicação de massa, à frente dos quais estava, como sempre, ativo, o indefectível Sistema Globo de Televisão.

Naquele também memorável segundo turno perdeu a Frente Brasil Popular as eleições, como se sabe, nas circunstâncias conhecidas. Mas, antes, aglutinara em torno de si todas as forças populares do País, todos os partidos progressistas de então (inclusive os hesitantes PSDB e PCB, este já sob o controle dos liquidacionistas), intelectuais, artistas, a universidade, trabalhadores, e as grandes massas urbanas num processo crescente de

politização, pois ainda ecoavam a luta contra a ditadura e a campanha pelas Diretas Já, certamente a mais significativa mobilização popular conhecida pela República, lembrando a hoje também esquecida campanha “O petróleo é nosso”.

Víamos, na ideia da Frente, a possibilidade de manter sob nossa influência as diversas correntes políticas que haviam ocorrido à campanha do segundo turno, mas que não eram eleitoras nem do PT nem dos demais partidos – correntes, aliás, que não se sentiam identificadas ou atraídas pelo quadro partidário brasileiro, em reconstrução naqueles anos. Lembremos, era a primeira eleição direta para presidente, desde 1960! Ancilar a esse propósito havia, assim sentíamos, a necessidade de dar organicidade e proporcionar atividade permanente aos nossos partidos, em interação com a sociedade, ou seja, compreendendo a sociedade em sua complexidade, rasgando os limites da militância. Sem sermos pitonisas, antevíamos os embates a que seríamos chamados a travar com o governo Collor e sua base conservadora. Mas, acima de tudo, nós que havíamos vivido o fim do governo Jango e a insurgência da ditadura, víamos na Frente, por limitada que fosse, a possibilidade de manter as esquerdas brasileiras (naquela altura já pensávamos em “forças progressistas”) unidas também “fora da cadeia”. Por havermos vivido a ditadura, conhecíamos muito bem a importância da institucionalidade democrática.

Mas o PT, inflado ou não pela “vitória política” recente, e que da história política do País só conhecia a sua própria – pequena e recente –, perseguia, já ali, um projeto-solo. A Frente certamente sugeria a seus líderes a ameaçadora possibilidade de crescimento das demais forças de esquerda e progressistas, quando o que interessava àquele PT não era necessariamente o crescimento coletivo das esquerdas como movimento político, mas o crescimento do PT como a grande força da esquerda (assim no singular) brasileira. Vem de sua fundação tanto o exclusivismo quanto o projeto hegemônico. Uma espécie de “destino manifesto”.

Seja por isso, seja por aquilo, o fato objetivo é que a institucionalização da Frente foi descartada, e nela não mais se falou, embora PSB e PCdoB permanecessem aliados ao PT e apoiando a candidatura Lula em eleições seguintes.

A ficha começa a cair após a vitória de 2002, confrontando o PT com o “fato novo” que era a governança de centro-esquerda em país dominado por uma estrutura político-jurídico-econômico-comunicacional reacionária, dependente de um Congresso no qual as forças que haviam elegido o presidente da República eram acachapantemente minoritárias. (Na Câmara Federal, com seus 573 membros, os partidos que haviam apoiado o presidente Lula somavam míseros 73 deputados, se tanto.)

A realidade, porém, imporia, como de necessidade, em 2003, o que o idealismo havia rejeitado em 1989. Por óbvio, a vida caminha, não se tratava mais de ressuscitar a velha “Frente Brasil Popular”, mas de arregimentar um dispositivo novo capaz de assegurar o apoio político popular ao governo mudancista,

necessidade que se tornaria imperiosa a partir de 2005. Os dados então exigiam uma Frente capaz de garantir a sustentabilidade ao governo para além de sua base parlamentar, uma Frente dotada de peso eleitoral suficiente para assegurar a continuidade do projeto de mudanças que Lula representava.

Naquela oportunidade, como ministro da Ciência e Tecnologia, tive inúmeras oportunidades de discutir com o presidente Lula o projeto de uma Frente (minha quase obsessão), quando, às razões de origem, se agregavam outras, como a identificação já naquela altura da crise dos partidos, inclusive dos nossos.

O presidente, que se encantara com a ideia da unificação dos partidos de esquerda, começava a considerar, com moderado entusiasmo, a ideia de uma frente, agora tendo como fonte inspiradora a Frente Ampla uruguaia, que vinha (e assim se mantém) somando seguidos sucessos. A História já nos disse que esse caminho foi outra vez posto de lado.

De novo a lição da realidade: a crise de hoje exige uma saída que a supere. Penso como inviável uma frente de partidos, por uma razão simplíssima, a ausência de matéria prima, e, nessa falência, destaco, porque relevante para minhas considerações, o agravamento da crise dos partidos progressistas (note o leitor que mais não falo em partidos de esquerda). Essa crise (cuido exclusivamente dos partidos progressistas) é de identidade, mas é também, como consequência, de caráter orgânico, alimentadas, ambas, pela ausência/carência de reflexão, pela incapacidade coletiva de interpretar a realidade e, por consequência, pela inevitável incapacidade de agir, que hoje descamba para a anomia, que igualmente pervade o movimento social de inclinação progressista, com a possivelmente única exceção do MST.

De todas, a mais grave é a crise do Partido dos Trabalhadores – por irônico decretada pela conquista e o exercício do poder – de quem se espera uma profunda autocrítica animadora e sua virtual refundação. Essa refundação, sua necessidade, é preciso dizer, não diz respeito tão somente ao PT, pois se seus acertos contribuíram para o avanço do pensamento progressista em nosso País, seus erros, e principalmente seus erros recentes, atingem em cheio todas as forças progressistas do Brasil – inclusive as que não estão com ele alinhadas, nem alinhadas estão ou estiveram com seus governos.

Mais do que nunca, pois, a frente, uma frente, continua necessária, não a frente de partidos de ontem, mas uma frente ampla de caráter nacional popular que congregue as forças progressistas (insisto, para além das esquerdas), partidárias ou não, organizadas de preferência, mas não necessariamente, como sindicatos, as diversas instituições e entidades da sociedade civil, intelectuais de modo geral, a comunidade acadêmica, o pensamento progressista em sentido amplo, compreendendo liberais de esquerda, a saber, todos os que estiverem convencidos de que só somando, compartilhando e alargando nossas forças para além de nosso campo, poderemos fazer frente à ascensão do pensamento e da ação da direita, que se organiza para a tomada do poder para nele promover, como já anunciada, a revisão dos avanços

sociais, econômicos e políticos logrados pela sociedade brasileira nas últimas décadas.

O desafio exige compromissos com a soberania nacional, a retomada do desenvolvimento autônomo e a preservação dos direitos dos trabalhadores. Está à vista que tal frente não pode se limitar a pensar o imediato, o hoje apenas, não pode se contaminar pela pequena política, e muito menos isolar-se e inevitavelmente imolar-se num projeto meramente eleitoral, seja com vistas a 2016, seja mesmo com vistas a 2018, pois, só pensando a longo prazo (como pensou a matriz uruguaia), seu projeto nos levará à conquista ideológica da sociedade, a única que pode assegurar perdurância. Não é certo que, unidos, ganharemos, mas sem dúvida, separados, perseguindo projetos isolados, perderemos todos, como perdemos sempre que priorizamos a luta interna em prejuízo do combate na sociedade.

Primeiro de abril – Quando este artigo estiver sendo lido, estaremos a lembrar, para jamais esquecer, o golpe de Estado de 1964 que depôs o presidente João Goulart para impor ao país 20 anos de uma ditadura civil-militar, com seu legado de arbítrio, cerceamento das liberdades (inclusive da liberdade de imprensa), eliminação dos direitos civis e das franquias democráticas, supressão da ordem constitucional, demissões, prisões, torturas e assassinatos, corrupção e impunidade que perdura até hoje.

Roberto Amaral

A crise vai se agravar, mas a esquerda se uniu e Lula voltou

Nasceu a frente de esquerda ordenada na certeza de que o governo Dilma será aquilo que a rua conseguir que ele seja. E uma voz rouca avisou: 'Vou à luta'

Saul Leblon

Alguma coisa de muito importante aconteceu no histórico Vale do Anhangabaú, em São Paulo, nesta sexta-feira, 1º de Maio.

Quem se limitou ao informativo da emissão conservadora perdeu o bonde.

O tanquinho de areia do conservadorismo, sugestivamente deixou escapar o principal ingrediente desta sexta-feira, que pode alterar as peças do xadrez político brasileiro.

Preferiu o glorioso jornalismo cometer pequenas peraltices.

Tipo contrastar a imagem de Lula com um cartaz contra o arrocho de Levy, como fizeram os petizes da Folha.

Blindagens ideológicas e cognitivas ilustram um traço constitutivo daquilo que os willians –Bonner e Waack—denominam de ética da informação.

Trata-se de não informar, ou camuflar o principal em secundário. E vice versa.
Não houve sorteio de geladeira no 1º de Maio da esquerda brasileira. Mas os assalariados talvez tenham tirado ali a sorte grande – a mais valiosa de todos os últimos maios.

No gigantesco palco de mobilizações épicas, que reuniu um milhão de pessoas há 31 anos para lutar por eleições diretas, a história brasileira deu mais um passo que pode ser decisivo para impulsionar vários outros nos embates que virão.

Porque virão; com certeza virão.

Essa certeza permeava o Dia do Trabalhador na larga manhã da sexta-feira no Anhangabaú.

A engrenagem capitalista opera um conflito independente da vontade de seus protagonistas. A direção que ele toma, porém, reflete o discernimento histórico dos atores sociais de cada época.

A chance de que o embate resulte em uma sociedade melhor depende, portanto, de quem assumir o comando do processo.

As lideranças que estavam no Anhangabaú deram um passo unificado nessa direção.

Que esse movimento tenha escapado às manchetes faceiras ilustra a degeneração de um aparato informativo que já não consegue se proteger de suas próprias mentiras.

Os que enxergam no trabalho apenas um insumo dos mercados, um entre outros, nivelaram a importância do Anhangabaú ao que acontecia no palanque do Campo de Bagatelle quase à mesma hora.

Lá se espojavam aqueles que com a mesma sem cerimônia risonha operam a redução do custo da 'matéria-prima humana' no Congresso brasileiro.

Sorteios de carros e maximização da mais-valia compõem a sua visão de harmonia social, que remete ao descanso da chibata na casa grande em dia de matança de porco.

Vísceras, os intestinos, eram franqueados então com alguma generosidade nos campos de Bagatelle pioneiros, em que paulinhos 'Boca' vigiavam a fugaz confraternização da casa grande com a tigrada ignara sob sua guarda.

A mais grave omissão do ciclo de governos progressistas iniciado em 2003 foi não ter afrontado essa tradição de forma organizada, a ponto de hoje ser ameaçado por ela.

Porque muito se fez e não pouco se avançou em termos sociais e econômicos, mas esse flanco ficou em aberto.

O vazio era tão grande que se cultivou a ilusão de que avanços materiais seriam suficientes para impulsionar o resto por gravidade.

A primeira universidade brasileira, contou Lula no Anhangabaú, só foi construída em 1920.

Colombo descobriu a América em 1492.

Em 1507, 15 anos depois de chegar à República Dominicana, Santo Domingo já construía sua primeira universidade.

A elite brasileira demorou quatro séculos anos para fazer o mesmo, reverberou Lula.

Tome-se o ritmo de implantação do metrô em duas décadas de poder tucano em São Paulo.

Compare com a extensão em dobro da rede mexicana, ou a dianteira argentina, chilena etc.

O padrão não mudou.

O que Lula estava querendo dizer ao povo do Anhangabaú tinha muito a ver com isso: o desenvolvimento brasileiro não pode depender de uma elite que continua a dispensar ao povo os intestinos do porco.

O recado para quem não enxerga diferença entre um governo progressista e a eterna regressão conservadora protagonizada agora pelos sinhozinhos Cunha, Aécio, Beto Richa, Paulo Skaf... foi detalhado e repisado.

Foi um metalúrgico sem diploma, espicçou aquele que ocupa a vaga de melhor presidente do Brasil na avaliação popular, quem promoveu a mais expressiva democratização da educação brasileira.

Nos governos do PSDB a tradição colonial se manteve.

O sociólogo poliglota não construiu nenhuma universidade em notável coerência com a obra que traz a sua assinatura como autor e protagonista: a teoria do desenvolvimento dependente.

Para que serve uma universidade se já não faz sentido ter projeto de nação? Lula criou 18 universidades.

Reescreveu na prática a concepção de soberania no século XXI. Instalou-a na fronteira expandida entre a justiça social, a integração latino-americana e o fortalecimento dos BRICs.

A nostalgia colonial-dependente, ao contrário, orientou o ciclo da República de Higienópolis na frugal atenção dispensada à formação de quadros para o desenvolvimento.

FHC não assentou um único tijolo de escola técnica em oito anos em Brasília. Para que escola técnica se a industrialização será aquela que o livre comércio da ALCA permitir?

Juntos, Lula e Dilma fizeram 636 até agora.

Com o Prouni, o número de jovens matriculados nas universidades brasileiras passou de 500 mil para mais de 1,4 milhão.

Em vez de herdar as vísceras da sociedade, tataranetos de escravos, índios e cafuzos, cujos pais muitas vezes sequer concluíram a alfabetização, começaram a ter acesso a uma vaga no ensino superior pelas mãos do metalúrgico e da guerrilheira mandona.

Sim, tudo isso é sabido. A 'novidade' agora é desfazer do sabido.

Mas Lula somou ao histórico a estocada que calou fundo no silêncio atento do Anhangabaú.

O retrospecto do ex-presidente cuja cabeça é solicitada a empreiteiros com tornozeleira prisional, tinha por objetivo desnudar o escárnio embutido no projeto de redução da maioria penal.

As elites agora, fuzilou um Lula mordido e determinado, querem se proteger do legado criminoso de cinco séculos, criminalizando a juventude pobre do país. Passos significativos foram dados em seu governo para minar a senzala que ainda pulsa no metabolismo da sociedade brasileira.

Mas a voz rouca machucada atesta o golpe por haver se descuidado do embate que viria contra aqueles que mostravam os caninos como se fosse sorriso.

Agora se vê, eram maxilares de feras.

À primeira turbulência do voo incerto e instável da dinâmica capitalista o sorriso virou mordida de pitbull.

A pressão coercitiva mobiliza diferentes maxilares: o do juiz em relação aos suspeitos da Lava Jato que visa a jugular do PT e do pré-sal; o do ajuste recessivo que ameaça com o caos; o da terceirização que coage com o desemprego maciço; o da exigência branca à renúncia de Lula a 2018 --ou arcará com a suspeição perpétua que a lixeira da Abril e da Globo despeja semanalmente no aterro mental da classe média.

Coube ao presidente da CUT, Vagner Freitas, marcar a ruptura com a omissão histórica que abriu o flanco da história brasileira ao jogral espoliador da democracia e da sociedade.

Didático, habilidoso, o líder sindical chamou um a um os representantes das centrais, movimentos e partidos presentes no 1º de Maio do Anhangabaú. Aos olhos de milhares de pessoas, gente do povo basicamente, uns que vieram porque são organizados -- outros, porque pressentem que um perigo ronda o Brasil nesse momento, Vagner materializou o passo seguinte há muito esperado e cobrado por todos aqueles que sabem o motivo pelo qual o governo Dilma hoje engole os sapos que rejeitava ontem.

A avalanche intimidadora que em poucos meses virou de ponta cabeça o programa vitorioso em 26 de outubro não cessará, a menos que a detenha uma frente política de abrangência e contundência maior que a resistência dispersa das

partes nos dias que correm.

Foi essa mutação que o vale do Anhangabaú assistiu nesse 1º de Maio. O presidente da CUT chamou para a frente do palco os dirigentes da Intersindical e da CBT, chamou Gilmar, do MST, chamou Boulos, do MTST, e outros tantos; e através deles convocou quase duas dezenas de organizações presentes. Vagner apresentou ao Anhangabaú a unidade da esquerda brasileira em torno de uma linha vermelha a ser defendida com unhas e dentes: a fronteira dos direitos, contra a direita.

Fez mais que retórica, porém.

Submeteu ao voto dos ocupantes da praça e do palco uma agenda de lutas. Devolveu ao 1º de Maio a identidade de uma assembleia popular de quem vive do seu trabalho.

Braços erguidos, o Anhangabaú aprovou uma contraofensiva ao cerco conservador.

‘Anote’, disse Vagner ao final dos escrutínios: dia nacional de protesto em 29/05, para pressionar o Senado a rejeitar o PL 4330; uma greve geral, caso o Congresso aprove a medida; e uma marcha a Brasília para levar Dilma a rejeitar o projeto, caso passe no Senado.

Engana-se quem acredita que isso saiu de graça.

Vagner Freitas uniu as forças da esquerda porque a CUT, a partir de agora, comprometeu-se a lutar lado a lado, unida aos demais movimentos e organizações, contra projetos de lei que arrochem direitos e conquistas dos trabalhadores.

Foi um realinhamento do desassombro com a responsabilidade histórica da esquerda que fez desse Dia do Trabalhador uma singularidade capaz de produzir outras mais.

Em boa hora.

A crise econômica vai se agravar nos próximos meses; esse era o consenso subjacente à união selada no palanque.

O conservadorismo saltará novos degraus em direção ao golpe –seja na forma do impeachment ou na tentativa de proscrever o PT e com ele as chances eleitorais do campo progressista em 2018.

O êxito do ajuste recessivo do ministro Joaquim Levy depende do desajuste do emprego e da expropriação dos ganhos reais de salários acumulados nos últimos anos (de 70% no caso do salário mínimo)

Estamos na primeira volta do torniquete.

Mas a renda real do trabalhador já registrou uma perda da ordem de 4% em março, em relação a igual período de 2014.

A evolução do desemprego não é menos cortante.

Os dados reunidos em nota técnica da Fundação Perseu Abramo são claros: vive-se uma escalada.

A taxa desemprego medida pelo IBGE subiu forte nas grandes capitais em março: 6,2%.

Era de 5,9% em fevereiro; 5,3% em janeiro; 5% em março de 2014
Despejar a conta do ajuste nas costas do assalariado significa submeter o custo do trabalho à pressão de uma turquesa feita de desemprego e queda do poder de compra.

Espremidos, os assalariados serão convocados a apoiar falsas promessas de desregulação redentora de vagas, a exemplo do PL 4330.

Na semana passada o Banco Central elevou em mais meio ponto a taxa de juro, que já é a mais alta do planeta.

É a senha do choque.

Apenas essa pisada custará mais R\$ 12 bilhões em 12 meses aos cofres públicos: juros adicionais sobre uma dívida pública de R\$ 2,4 trilhões.

O impasse está contratado.

De um lado, a recessão derruba a receita e o emprego; de outro, o governo é intimado a carrear mais recursos escassos à ração gorda dos rentistas.

Menos receita com mais gastos.

Essa é a fórmula clássica para tanger um governo –qualquer governo que não disponha de uma hegemonia baseada em ampla organização popular-- ao precipício das privatizações saneadoras e dos cortes de programas e investimentos devastadores.

Quem acha que a ganância será saciada com a terceirização deveria informar-se sobre as novidades no mundo do trabalho inglês.

Sob o comando de engomados filhotes de Thatcher a economia britânica experimenta um novo patamar de flexibilização do mercado de trabalho.

A modalidade just-in-time já caracteriza 2,5% da mão de obra empregada, informa o jornal El País, sendo o segmento que mais cresce na economia.

A pedra filosofal desse novo assalto à regulação trabalhista é o vínculo empregatício baseado em salário zero.

Em que consiste a coisa notável?

Consiste em estocar mão de obra às custas da própria mão de obra.

Quando necessário aciona-se o almoxarifado social pagando apenas as horas efetivamente usadas do 'insumo'.

Marx, você não entendeu nada de baixar o custo de reprodução da mão de obra.

Em vez da CLT, um taxímetro.

No futuro a metáfora poderá assumir contornos reais mais sofisticados, como um chip subcutâneo que permita monitorar o empenho muscular para seleção dos mais aptos.

Esse, o admirável mundo novo descortinado do palanque do Campo de Bagatelle no 1º de Maio de 2005 pelos sorridentes perfis de Cunha, Aécio e Paulinho 'Boca', da Força.

Afrontar esse horizonte em marcha é o que ultimou a união da esquerda no extremo oposto da cidade no mesmo dia.

Tolice supor que centrais paralelas à CUT, como a Intersindical, ou o aguerrido Guilherme Boulos, prestar-se-iam a uma cenografia unionista alegórica no Dia do Trabalhador.

O que se assistiu no Anhangabaú foi o nascimento de um pacto.

Que tem agenda e eixo de luta ancorados no entendimento de que o governo Dilma será aquilo que a rua conseguir que ele seja.

Não desobriga a Presidenta de honrar compromissos de campanha, a começar pela rejeição ao vale tudo do PL 4330.

Mas divide o desafio da coerência.

Construi-la requer uma nova correlação de forças indissociável de uma frente ampla progressista.

Quem mesmo assim continua a duvidar da determinação pactuada no legendário Anhangabaú, deve ouvir (abaixo) a íntegra do pronunciamento visceral do mais aplaudido orador do dia.

Lula fechou o ato com um aviso à direita buliçosa.

Essa que ao mesmo tempo o desdenha como líder morto, mas oferece a liberdade como recompensa ao pistoleiro capaz de alvejá-lo com uma denúncia mortal.

Qual?

Qualquer denúncia. Desde que impeça a assombração das elites de reaparecer como candidato em carne e osso em 2018.

No 1º de Maio de 2015, a voz do fantasma ecoou mais rouca e forte que nunca.
Para dizer ao conservadorismo golpista, antinacional e anti-trabalhador: o
ectoplasma não vai esperar até 2018.

‘Vou correr o Brasil, vou me encontrar com trabalhadores, com jovens, operários,
camponeses e empresários...’

‘Eu aceito o desafio’, disparou a voz rouca, ferida, ressentida, mas convencida de
que ainda tem uma tarefa incontornável a cumprir no país: terminar o que
começou, tarefa que o mercado sozinho jamais o fará.

Cunha, Aécio, Skaf não se iludam com o noticiário generoso dos petizes da Folha.

Algo mudou no Brasil neste 1º de Maio de 2015.

E não foi apenas o preço do aluguel do sindicalismo de Bagatelle.

Ouçam a fala de Lula no Anhangabaú: aqui

<https://soundcloud.com/institutolula/lula-discursa-durante-ato-politico-do-dia-do-trabalhador-em-sao-paulo>

Íntegra do discurso de Lula na celebração dos 35 anos do PT

Texto integral do discurso escrito, sem os improvisos.

INSTITUTOLULA.ORG

“NUNCA VI TANTO ÓDIO.TENHO VONTADE DE SER PETISTA...SÓ DE BIRRA”

BARBARA GANCIA 110515<<http://i2.wp.com/br29.com.br/wp-content/uploads/2015/05/BARBARA110515.jpg?resize=600%2C300>>

A jornalista da GloboNews/Folha-SP Bárbara Gância

Não sou PT, nunca fui. Mas, só de birra, está começando a me dar vontade de deixar crescer uma barba e/ou a sibilar. O que vier com mais facilidade, eu mando ver.

Explico. Esse ódio crescente e tão palpável quanto um transatlântico que jorra do coração dos “conservadoressauros” na direção daqueles que, juntos são milhões, mas não conseguem nunca acumular mais riqueza do que o famoso 1% dos ricos já deu.

Pessoal alega que foi o Lula que começou a “luta de classes”, mas, sejamos sinceros, já se vendia carro blindado e já existia cadeia superlotada, rebelião

na Febem, tiro na cara pra roubar Rolex na Oscar Freire bem antes de o Lula ir trabalhar na Villares.

Mas voltemos a essa gentinha pobre que incomoda.

Hoje, eles não só ocupam espaço e saem gritando no shopping em rituais primitivos chamados de rolezinhos, como passaram a ser identificados por “massa de manobra” ou “vagabundos que votam no PT pra ganhar Bolsa Família”.

Pois então, esse ódio que antes ficava lá contido, ele começa a mostrar a fuça. Seja lá pelo motivo que for. Não, eu não acho o Zé Dirceu santo e, sim, eu creio que, deixado livre para dispor do poder que tinha, ele teria realizado uma pequena revolução bolchevique a seu modo, por meio de uma reforma fiscal na surdina.

Se isso seria bem-vindo? Não creio, se fosse feito sem consultar a população e se não fosse à luz do dia.

Mas, voltemos à crua realidade do que temos em mãos, e não daquilo que poderia ter sido.

Agora que o PT e o Lula não metem mais medo no empresariado, o pessoal que costumava se restringir a frases econômicas como “eu voto na Arena” ou “eu votei no PSDB” começa finalmente a explicar melhor as razões pelas quais sempre teve como princípio nunca jamais nemfu votar num partido de esquerda.

Isso acontece porque a feroz desigualdade que impera no país impõe, digamos, “estilos de vida” deveras conflitantes.

Você se encontra de um lado ou do outro.

Se mora na periferia, não tira selfie com policial e não participa e peneiração contra nenhum político. Seja ele de que partido for, já que ninguém que está acima de você ou que você seja obrigado a chamar de “doutor” inspira confiança.

E se você não mora na periferia e tem a sorte de possuir um jogo de painéis para brincar de imitar o Cartel de Medellín na hora do jantar -ueba!- ou se se ufana de vestir a camisa do 7×1 pra cantar aquela musiquinha insossa, “...com muito orgulho, com muito amor... Eu, sou...” ... se você tira foto com polícia, se nenhum PM nunca olhou feio pra você, nunca arrastou seu irmão no meio da noite da cama em que ele dormia e o levou embora de camburão porque ele se

parece muito com um traficante do bairro; se você acha que vence na vida quem estuda e trabalha e que todos nós podemos fazer isso -sem discriminar entre ricos e pobres-, sem essa de vitimização, já que basta olhar para os Estados Unidos ou, quem sabe, pra Índia onde há inúmeros exemplos de gente humilde que venceu sem recorrer ao crime, vai dizer que não há?

Parece então que o que nós temos é um problema imenso de comunicação entre duas populações distintas obrigadas a coexistir.

Trata-se de uma diferença de pontos de vista e de experiências de vida tão vultuosa, que acaba produzindo um mar de preconceito, indiferença, desconfiança, ignorância e desdém.

Seria lindo se fosse só isso. E olha que isso já seria uma catástrofe depois de 515 anos empreendendo esta nossa aventura civilizatória.

Mas provavelmente não é à toa que Pero Vaz de Caminha já tenha conseguido enfiar um pedido de emprego para um parente na sua famosa missiva, no primeiro episódio de nepotismo da história do nosso país, aos 10 minutos do primeiro tempo, naquele que depois viria a ser o paraíso da vantagem em benefício próprio e do desprezo pela coletividade, o bem maior e o interesse público.

Na minhas páginas nas redes sociais, todo dia tomo porrada (forte) de indivíduos que se auto intitulam “reaça” disto e “reaça” daquilo. Ontem um quadrúpede desses tentou me explicar que “reaça” e “esquerdistas” são coisas equivalentes.

E é esse o pior dano que se está perpetrando ao eliminar sem dó nem piedade o PT da face da terra -como já se fez antes com Collor, Jânio, Vargas etc

Sem um lado de cá e uma oposição para contra balacear não existe possibilidade de haver uma fagulha que dê (re) início ao processo democrático.

Golbery do Couto e Silva, ministro chefe da Casa Civil de Geisel e Antônio Delfim Neto deram força para o surgimento de Lula como liderança sindical antevendo um futuro democrático de raiz bipartidária.

A despeito dos problema com a propaganda e o financiamento das campanhas políticas, sem o equilíbrio Labour/Tory, Democratas/Republicanos, Democrazia Cristiana/Partito Socialista não pode haver nem sequer esboço de arremedo de fiofó de burro de democracia pra inglês ver.

Já não são bem tolerados no país fenômenos que nós não captamos, temos

trauma ou consideramos (vá entender) démodé.

“Conservador” por exemplo, é algo que desce mal para o brasileiro. Em outras sociedades, o termo tem vários significados. Estritamente na política, sinaliza que o camarada é a favor de menos interferência do Estado na economia, da valorização dos direitos do indivíduo e da não interferência de instituições como a igreja ou quaisquer outras na vida privada. Soa como uma descrição da filosofia do Bolsonaro ou do Tuminha pra você? Pois é, pra mim também não. E Serra, exilado do regime militar e Dilma, presa política da mesma turma, trocarem gentilezas com antigos algozes e fazerem alianças que ultrapassam qualquer limite de vergonha na cara com o inimigo de ontem, faz sentido?

Não será talvez por esse tipo de “licença poética” que o sonho de um Estado democrático está naufragando e, mais uma vez, grileiros, corruptores manjadíssimos, patrocinadores de candidatos marionetes, falsos profetas, contrabandistas, pilhadores e gente que usa o governo como mero entreposto para seus fantásticos negócios está vencendo a parada novamente e pela undécima vez?

Faz sentido ainda não ter sido julgado o mensalão mineiro? Faz sentido os senhores Renan e Cunha ainda estarem lá firmes e fortes? Reafirmo: não sou petista, nunca fui, e nem me julgo particularmente de esquerda.

Mas esse desequilíbrio é indicação grave de golpe branco em andamento, treta por baixo do pano, arranjo de que tipo não se sabe, mas coisa boa dali não sai.

Ou por bem julgam tantos deste lado e também do outro e medimos forças e o país sai lambendo suas feridas, ou anistiamos a todos e vai todo mundo fritar pastel.

Esta caça às bruxas, em que o camarada está se transformando em milícia odiosa que sai à caça do “inimigo” na internet e no boteco da esquina do escritório, e acusa quem quer que lhe dê na telha de bandido e ladrão e filho e um égua só porque o outro (que até ontem era seu amigão) não compartilha de sua ideologia começa a se parecer demais com a Alemanha de Hitler circa 1934.

Cadê o Renan, gente, lembra do processo cabeludo que caiu naquela cabeça cheia de fio implantado por conta de um caso extraconjugal?

E o envolvimento dele no Petrolão, não há nada ainda? Claro que há, em abundância. Só não vê e não mostra quem não quer!

E o problema lá de Furnas e do Aécio? Há uma montanha de coisas em

estados de todas as mais variadas importâncias, está faltando dizer isso a quem, ao Papai Noel? Sim, porque ao papa, pode crer, sendo argentino e odiando a Kirchner como odeia, a esta altura, ele já está ao par de tudo.

E o Sarney, onde andará, por sinal? Lembra quando o Lula dizia que ele até não era de todo mau e que nós devíamos respeitar a experiência que o bigode tinha acumulado nestes anos todos?

Pois não é que, depois que ele desapareceu, eles deram um jeito de cobrir com uma lona.

Agora virou circo de verdade, completinho.

A realidade brasileira, entre o hospício e o circo

Por Luis Nassif | Via Jornal GGN

A política brasileira da razão não tem resquício: se cobrir vira circo, se cercar, vira hospício.

O pastor José Serra, que ameaçava os ímpios com o fogo do inferno e entrava na casa dos crentes lendo a Bíblia, de repente veste a roupa do intelectual que deixou de ser e despeja entrevistas ponderadas ambicionando tornar-se a voz da razão.

Aécio Neves que fez fama como conciliador, torna-se um Zeca Diabo da zona sul, atirando em qualquer movimento do governo: respirou, leva tiro.

Serra foi um governador medíocre, mas tem bom faro para perceber os ventos a opinião pública midiática. Ao lado de FHC deu gás para os rebeldes das redes, mas percebeu a tempo o ridículo de ficar a reboque de Revoltados Online e de Lobão.

Por alguma razão, FHC esquecer de avisar Aécio que prosseguiu como aqueles boxeadores que lutam de cabeça baixa distribuindo murros ao vento.

Musa inconteste do desenvolvimentismo, Dilma Rousseff torna-se uma crente de carteirinha do monetarismo mais radical e promete que, se houver fé, no final do arco íris do ajuste fiscal haverá o pote de ouro.

Sob ameaça de prisão, casos e comprovem as acusações da Lava Jato, o presidente do Senado Renan Calheiros enaltece Serra, ameaça Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), deblatera contra o Procurador Geral e torna-se um defensor dos direitos do trabalhador. E manda avisar o governo que não irá parar enquanto não houver garantia de que não será preso pela Lava Jato.

O PT fecha questão em favor do pacote fiscal e dos cortes nos direitos trabalhistas enquanto o PSDB sai do samba de uma nota só do ajuste fiscal e assume a defesa dos trabalhadores.

Na presidência da Câmara, Eduardo Cunha, dono da maior capivara do parlamento, demite o Diretor do Centro de Informática da Câmara para impedir que vazasse para o Ministério Público a informação de que ele preparou o requerimento que criava problemas para que empresas investigadas pela Lava Jato continuassem a pagar propinas. E alega estar sofrendo uma perseguição pessoal do Procurador Geral.

Segundo o ex-Diretor, não havia vazamentos até então mas a demissão foi para alertar a equipe sobre o que poderia acontecer se algo vazasse.

Íntegra em: <http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2015/05/12/a-realidade-brasileira-entre-o-hospicio-e-o-circo/>

A Oportunidade Perdida!

Editorial do JBrasil de fato 12 de maio 15

Embora o ódio cultivado, especialmente nos setores de classe média alta, siga se intensificando - presente em "panelaços" e pequenas manifestações que perseguem a Presidenta Dilma e a tornam uma refém no palácio - o clima que anunciava uma catástrofe iminente do governo já não permanece. As manifestações pelo impeachment, que prometiam superar a campanha das *Diretas Já*, esvaziaram e nos últimos quatro meses, as ações da Petrobras subiram mais de 50%, desmentindo o noticiário catastrofista da grande mídia. Mesmo a dimensão do roubo investigado na *Operação Lava Jato* que inicialmente apontava dezenas de bilhões já revela sua real dimensão de centenas de milhões, equivalente a outros escândalos como o caso do "trensão de São Paulo" e possivelmente menor que o escândalo das contas secretas do HSBC. Tudo isso contribui para uma percepção distinta do cenário político de dois meses atrás.

O cerco político das forças de direita ingressa numa nova fase, onde a política de sangramento e desgaste se mantém, deixando claro que o importante é aprisionar o governo afastando-o de qualquer projeto desenvolvimentista e arcando com todas as conseqüências de um ajuste fiscal

de interesse do capital financeiro. Blindada na economia pela presença do Ministro Levy, cujo afastamento provocaria retaliações econômicas e na política pela atribuição do poder de negociação ao Vice Presidente Michel Temer, o governo Dilma perde sua capacidade de iniciativa.

O "sangramento" prossegue. Investem na criação de um imaginário de um caos administrativo e financeiro de uma Petrobrás mergulhada na corrupção com o descarado intuito de alterar o marco regulatório da exploração do petróleo. Querem alterar a legislação que possibilita empréstimos em operações internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, estender o noticiário de denúncias seletivas para as empresas do setor elétrico, aos fundos de pensão e outros bancos públicos. Em resumo, atacam com todas as forças os instrumentos estratégicos necessários a qualquer projeto nacional de desenvolvimento. Ao governo só restaria administrar um "ajuste fiscal".

Neste cenário, a ofensiva de direita, animada com seus sucessos neste primeiro semestre cometeu um único e grave erro. Pautou o Projeto de Lei 4330 escancarando a porta das terceirizações. Tal medida que, sem nenhuma dúvida integra a pauta dos setores patronais com prioridade, abriu a possibilidade do governo Dilma, unindo-se ao movimento sindical e popular, recompor sua base social de apoio. Uma questão decisiva!

O sentimento de traição de uma base social que pouco depois de uma disputada eleição, em que a candidata Dilma empunhou um discurso claramente à esquerda deparou-se com um ajuste fiscal que transmite a clara sensação de um estelionato eleitoral é o maior problema enfrentado pelo governo e pelas forças populares que o apoiaram. Um descontentamento legítimo ante uma frustração real.

Ao assumir a posição de vetar o dispositivo jurídico que estende a terceirização para a chamada "atividade fim", a Presidenta Dilma ganhou a oportunidade de recompor sua base social e até mesmo de disputar parcelas dos setores médios que foram conquistadas para a oposição e o discurso golpista.

Uma oportunidade em grande parte perdida com a insistência do governo em manter as Medidas Provisórias 664 e 665 que reduzem direitos previdenciários.

Diversos economistas, inclusive ligados ao PT alertaram que o impacto pífio obtido com as medidas provisórias poderia ser alcançado apenas antecipando o fim de desonerações fiscais inúteis que sequer serviram para gerar postos de trabalho. De nada adiantou. A Presidenta Dilma manteve as MPs 664 e 665, jogando fora uma incrível oportunidade e assumindo o lastimável papel de deixar claro que o ajuste fiscal recai nas costas dos trabalhadores.

Com isso abriu um grave flanco para as forças de direita, agravando a situação do PT, com seus deputados expostos em cartazes vexatórios por votarem contra os trabalhadores, tendo que defender o injustificável que é votar pela redução de direitos.

O episódio demonstra que persistir na lógica do atual "ajuste fiscal" somente aprofundará o isolamento social do governo. Um ajuste que não impede de aumentar seguidas vezes a taxa básica de juros, repassando à especulação financeira valores muitas vezes superiores aqueles que se afirma necessário "ajustar". Um ajuste claramente neoliberal.

O fato positivo desta conjuntura é que é que a CUT manteve-se firme, bem como a CTB e os movimentos sociais, que organizam jornadas de luta tanto contra as MPs do governo como contra o "PL das Terceirizações". As mobilizações previstas para o dia 29 de maio demonstram a capacidade de luta e vitalidade dos setores populares.

O próximo passo decisivo será a votação da "Contra Reforma Política" nas próximas semanas. Eduardo Cunha pretende levar à plenário sua proposta de constitucionalizar o financiamento empresarial quando o Supremo Tribunal Federal somente não o eliminou devido a uma manobra do Ministro Gilmar Mendes. Será mais uma oportunidade para saber se o governo Dilma encontra-se definitivamente blindado ao comando de Temer e Levy ou se ainda conserva alguma capacidade de iniciativa política.

POSIÇÃO ALTIVA DA CUT DIANTE DA SABUJICE DOS DEPUTADOS QUE APROVARAM A RETIRADA DE DIREITOS
"A CUT reprovava a atual política econômica do governo por ser incoerente com o projeto que os/as trabalhadores apoiaram e que foi vitorioso nas últimas eleições, por levar o país à recessão e por penalizar a classe trabalhadora com o desemprego, a retirada de direitos, a precarização das relações de trabalho e a regressão de políticas públicas. Considera inaceitáveis as perdas de direitos contidas nas MPs 664 e 665 e posiciona radicalmente contra sua aprovação no Congresso Nacional. No lugar de penalizar os setores menos favorecidos da população, as medidas de ajuste deveriam incidir sobre os setores mais abastados da sociedade que concentraram renda e poder sonegando impostos e se beneficiando de uma política tributária regressiva"
<http://cut.org.br/.../resolucao-da-executiva-nacional-da-cut.../>.

A classe média vai às ruas: emoção, política e gestão

13 Maio 2015 | <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/a-classe-media-vai-as-ruas-emocao-politica-e-gestao/>

Daniel Pereira Andrade, Sociólogo e professor do Departamento de Gestão Pública da EAESP-FGV

“Como el de otras pasiones, el origen de un odio siempre es oscuro”. A observação de Jorge Luis Borges nos conduz a refletir com mais cuidado sobre as causas da forte emoção que tem mobilizado uma parcela considerável da classe média brasileira. Se hoje essa energia psíquica está investida nas manifestações contra a corrupção, o fato é que sua aparição se deu ainda antes do caso da Petrobrás, datando ao menos dos protestos de junho de 2013 e sendo reeditada com crescente fulgor no período pré-eleitoral. Sua origem não está, assim, ligada diretamente aos escândalos atuais, sendo mais provável que tenha sido gestada no dia-a-dia das pessoas. É na transformação da mais cotidiana das atividades, o trabalho, que podemos encontrar o solo fértil onde germina esse sentimento.

Nos últimos anos, não foram poucas as ocasiões em que ouvi queixas sobre a piora das condições de trabalho. Não se tratava das reclamações habituais, mas de mudanças substantivas em profissões tradicionais como engenheiros, professores, advogados, profissionais da saúde, administradores e jornalistas. Muitos foram sujeitos ao fenômeno da “pejotização”, ou seja, à contratação de serviços prestados por pessoas físicas, mas efetivados legalmente sob a forma de pessoa jurídica (PJ), de modo a disfarçar relações de emprego e burlar direitos trabalhistas. Outros foram empregados temporariamente, com baixos salários, e, a despeito de grande esforço, não conseguiram ser efetivados, sendo ou dispensados ou subcontratados como terceirizados. A informalidade também não foi rara. Serviços permanentes ou “bicos” foram formas alternativas para obter ou melhorar os orçamentos.

A fragilização dos vínculos trabalhistas se converteu assim em uma ameaça permanentemente de demissão, mesmo que os índices de desemprego estejam baixos. Esse temor é amplificado por estratégias de gestão que colocam os profissionais em concorrência, numa espécie de seleção contínua. Métodos como o “20-70-10”, em que os 20% que melhor desempenham recebem aumentos substantivos, enquanto 70% permanecem estáveis e os piores 10% são demitidos submetem as pessoas a um jogo de eliminação similar aos *reality shows*. Nesse contexto, não há como as relações de trabalho se manterem boas. Se o sucesso de meu colega representa o risco da minha demissão, não posso ficar feliz por ele, devo antes me preocupar comigo. Trata-se de uma máquina de maus sentimentos recíprocos, em que a agressividade, o medo, a angústia, a inveja e o ressentimento são os motores da produtividade. Se houver dúvida quanto ao exagero da afirmação, sugiro o teste que Hobbes propunha aos seus leitores: que cada um examine as suas próprias emoções – no caso em questão, durante um dia de trabalho.

O resultado dessa experiência cotidiana de parcela da classe média é uma concepção do mundo como uma luta de todos contra todos no livre mercado, pressupondo acriticamente a igualdade de condições no ponto de partida. A crença cega na meritocracia faz com que toda falha na recompensa aos esforços individuais seja sentida como uma injustiça pessoal pela qual alguém deve ser culpado, e não como uma arbitrariedade cada vez mais comum em uma economia baseada na flexibilidade e na precarização. Qualquer discurso que fuja a esta crua racionalidade econômica e problematize a origem da injustiça social é repudiado como uma forma de burlar a disputa, não havendo lugar para a compaixão.

A consequência desse *ethos* competitivo é o repúdio de toda política de redistribuição de renda. Os beneficiários das políticas sociais são vistos como

usurpadores ilegítimos dos impostos e os partidos que as promovem são acusados de interferência indevida na disputa, rompendo com a “meritocracia” e tornando-se duplamente corruptos. A desaceleração do crescimento econômico intensifica o descontentamento, pois um cenário recessivo amplia o risco de demissão e acirra a concorrência.

Boa parte da classe média tende assim a direcionar a agressividade que vive cotidianamente no trabalho, resultante dos modernos métodos de gestão, contra o governo e os trabalhadores pobres emergentes. Ainda mais quando a ascensão social pode representar o aumento de competidores qualificados dispostos a receber menores salários, resultado da ampliação do ensino superior. Pode também representar maior custo dos serviços, cujo consumo caracteriza a classe média, diferenciando-a até então da trabalhadora. A “classe C” não apenas se tornou também consumidora de serviços, reduzindo a exclusividade distintiva de classe, como ainda obteve a formalização de seus empregos e o aumento do salário mínimo, deixando os serviços braçais mais caros.

A competição, agora de classes e política, é encarada por parcela da classe média como uma luta darwiniana pela sobrevivência. Ainda mais quando o que está em jogo é quem vai pagar a conta da crise econômica. Assim como no trabalho, o inimigo deve ser eliminado ou colocado no seu lugar subalterno. O impeachment ou, mais radicalmente, a intervenção militar surgem assim como alternativas à derrota nas urnas, desqualificando os votos daqueles que recebem auxílios sociais. Mas resta a questão fundamental: mudar o partido no governo vai desfazer esse mal-estar cotidiano? Quem, afinal, ganha com a precarização do trabalho e com o aumento da competição? Certamente não são os pobres, que compartilham da mesma angústia. E não está claro que seja diretamente um partido político. Por isso, além do governo, cabe politizar também a gestão.

A CAPTURA DO SISTEMA POLÍTICO

Sílvio Caccia Bava -

Para falar sobre a situação política atual no Brasil é preciso compreender algumas mudanças substantivas que ocorreram no passado recente e criaram as condições para o que chamo de captura do sistema político pelo poder econômico, o maior problema da democracia. Até 1997, no Brasil, as empresas eram proibidas de financiar campanhas eleitorais. A onda neoliberal mudou esse cenário. Foi com a lei eleitoral 9.504/97 que as empresas passaram a poder financiar candidatos e campanhas eleitorais. E isso mudou tudo. A nova lei eleitoral, inspirada no modelo norte-americano, permite que as empresas criem vínculos diretamente com os candidatos, sem qualquer interferência de partidos. Os partidos, seus programas e propostas ficam em segundo plano. E nessa relação direta entre candidato e empresa, o que desejam os doadores? Políticas que atendam a seus interesses privados, a defesa dos seus interesses nas arenas decisórias das políticas públicas. Para isso, organizam lobbies, pautam a mídia, mas também elegem as bancadas parlamentares e influem na escolha de gestores públicos. O modelo europeu de financiamento de campanhas eleitorais vai no sentido contrário, fortalecendo partidos políticos, e não candidaturas individuais. E há

países que proibiram o financiamento de campanhas eleitorais por empresas, tais como França e Portugal. Outros países seguem este mesmo modelo europeu de proibição de financiamento de empresas, como Peru, Colômbia, México e Canadá. A Espanha estuda adotar essa nova política agora. O financiamento eleitoral por empresas foi modificando cada vez mais a composição do Congresso Nacional e reduzindo à impotência os candidatos com poucos recursos. Se nas eleições de 2002 os gastos totais foram de cerca de R\$ 800 milhões, em 2014 eles atingiram R\$ 5,1 bilhões, quase em sua totalidade contribuições feitas por empresas. Além das doações privadas, os partidos políticos receberam R\$ 308 milhões de recursos públicos provenientes de fundos partidários, e as TVs receberam R\$ 840 milhões de isenções fiscais pelo tempo gratuito de veiculação de campanhas eleitorais. Em média, nas últimas eleições, um deputado federal eleito gastou R\$ 1,4 milhão para se eleger; um senador R\$ 4,9 milhões; os candidatos eleitos 11 vezes mais que os não eleitos. Os que não contaram com o esse aporte financeiro em suas campanhas, por melhores candidatos que fossem, salvo raríssimas exceções, não se elegeram.

Esse fenômeno de captura do sistema político pelo poder econômico é mundial. Nos EUA, a situação é a mesma. Quando, em janeiro de 2010, a Suprema Corte norte-americana decidiu em favor do financiamento de campanhas eleitorais por empresas, o jornal The New York Times, em editorial, denunciou que esse era "um golpe no coração da democracia, facilitando o caminho para que as corporações empresariais empreguem seus vastos tesouros para inundar com dinheiro as eleições e intimidar os governantes eleitos para que obedeçam as suas determinações." Noam Chomsky, na mesma época, denunciou: "Essa liberalização financeira cria o que alguns chamam de parlamento virtual de investidores e credores que controlam de perto as políticas governamentais e votam contra elas, se consideram IRRACIONAIS, quer dizer, SE ELAS BENEFICIAM O POVO, E NÃO O PODER PRIVADO CONCENTRADO".

O resultado é claro. Em 2014, no Brasil, as 10 EMPRESAS que mais doaram para campanhas eleitorais para Câmara dos Deputados ELEGERAM 360 DEPUTADOS DE UM TOTAL DE 513, isto é, 70% da Câmara Federal. O Congresso de 2015 NÃO ESTÁ FORMADO POR BANCADA DE PARTIDOS POLÍTICOS, e sim por BANCADAS DE INTERESSES PRIVADOS que estão distribuídas em todos os partidos.

A BANCADA RURALISTA é composta por 374 deputados federais - sendo 118 deles do próprio agronegócio -, distribuídos por 23 partidos. A BANCADA DOS BANCOS conta com 197 deputados e se distribui por 16 partidos. A BANCADA DO FRIGORÍFICO tem 162 deputados alojados em 21 partidos. A BANCADA DAS MINERADORAS tem 85 deputados em 19 partidos. A BANCADA DA BEBIDA ALCOÓLICA conta com 76 deputados em 16 partidos. Isso para falarmos apenas das maiores bancadas de interesses privados e sem nos referirmos, por exemplo, à BANCADA EVANGÉLICA, cuja agenda fundamentalista está longe da defesa do interesse público.

A realidade é que a composição atual do Parlamento brasileiro é de 70% de fazendeiros e empresários (da educação, da saúde, industriais etc). O novo Congresso é militantemente CONSERVADOR E REACIONÁRIO. Posta sob um comando errático, que atua ao sabor da disputa política do momento sob forte influência das bancadas de interesses privados, a Câmara dos

deputados impõe políticas de restrição de direitos , cuja expressão máxima é a proposta de terceirização para todas as atividades de qualquer empresa. **É O MELHOR CONGRESSO QUE O DINHEIRO PODE COMPRAR. Le Monde Diplomatique, Maio, 2015.**

Fusão com PSB vai mudar correlação de forças no país', afirma presidente do PPS

ESTADÃO conteúdo De Brasília

29/04/2015 18h06

Ouvir texto

De olho nas eleições municipais de 2016, **PSB e PPS anunciaram nesta quarta-feira, 29, o início do processo de fusão das duas siglas**. A ideia é que o trâmite seja concluído até junho para que em outubro, prazo legal estabelecido pela Justiça Eleitoral, o novo partido esteja montado e apto a disputar prefeituras das capitais no ano seguinte.

Com a filiação dada como certa da senadora Marta Suplicy (SP), que deixou o PT ontem, o novo partido pretende lançá-la à prefeitura paulistana. Segundo o presidente do PSB, Carlos Siqueira, Marta assinará a filiação nos próximos dias. "Teremos nomes competitivos para quase todas as capitais", disse.

Na coletiva de imprensa de hoje, Siqueira e o presidente do PPS, Roberto Freire, deixaram clara a posição de independência com tendência oposicionista. "Não temos motivos para apoiar o governo", enfatizou Siqueira.

Os dirigentes lembraram que PPS e PSB compõem uma base de esquerda que estiveram juntas durante o golpe militar, o movimento das Diretas, a Constituinte e o governo Itamar Franco. "A fusão vai mudar a correlação de forças no País", comentou Freire, destacando que a reaproximação dos partidos se deu na eleição presidencial de 2014 com o lançamento da candidatura de Eduardo Campos, morto em agosto passado. "Somos dois partidos com raízes na esquerda democrática", completou Siqueira.

Divergências

O PSB deixou a base governista em 2013, quando já preparava o lançamento da candidatura presidencial de Campos. Atualmente o partido assumia uma postura de independência, enquanto o PPS mantinha um forte discurso de oposição. As diferenças são sentidas na Câmara dos Deputados, onde as bancadas têm orientando seus deputados de forma oposta nas votações. Na entrevista, Freire minimizou as diferenças e que agora buscarão a unidade entre as duas siglas.

"A gente sente deles uma disposição de rever alguns pontos", comentou o deputado Júlio Delgado (PSB-MG). A primeira sinalização dos novos rumos no discurso foi demonstrada hoje, quando Freire disse que o movimento pró-

impeachment de Dilma não foi discutido no PPS. "As condições não estão dadas", justificou. O PSB se coloca contra o impeachment.

A primeira divergência pública é sobre o novo nome da sigla. Os pessebistas defendem que seja mantido PSB com a inclusão do número 40 da legenda. "Somos uma marca consagrada, não tivemos decréscimo de uma eleição para outra. Acho que não devemos mudar uma marca que está dando certo", defendeu Siqueira. Já o PPS quer que fique PS (Partido Socialista) 40. "Isso não será impedimento para algo muito maior", desconversou Freire.

Com a fusão, PPS e PSB terão nove senadores (já incluindo Marta Suplicy e a ex-tucana Lúcia Vânia, que estão em negociação), três governadores, 45 deputados federais, 92 deputados estaduais, 568 prefeitos (sendo quatro de capitais), 5.831 vereadores e 792 mil filiados.

Os pontos comuns para o entendimento Cristovam Buarque – FB 15 MAIO

Achei correta a sugestão do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso de que a crise atual exige um entendimento político com base em pontos comuns de interesse do País para o momento. A crise que atravessamos é por culpa direta da condução política e da economia da Presidente Dilma e dos partidos que a apoiaram no seu primeiro mandato, especialmente PT e PMDB. Mas as consequências recaem sobre todos os brasileiros. Por isso a crise é tão grave e não podemos cruzar os braços. É preciso um entendimento, mas ele tem que estar norteado por algumas condições: Em primeiro lugar, para haver entendimento é preciso que a Presidente Dilma reconheça sua responsabilidade na crise, por causa da irresponsabilidade como seu governo tratou a economia e da forma como conduziu a campanha de 2014, aceitando a condução dos marqueteiros com mentiras sobre os opositores, com falsas promessas e ilusões. Segundo, vai precisar de um ajuste fiscal, mas para haver entendimento este ajuste deve estar subordinado a três pontos: - ele deve ser estratégico, não pode trazer prejuízos para o futuro do país, ao ferir a necessária infra-estrutura, tanto física quanto intelectual na educação e na ciência e tecnologia, - ele não deve pesar sobre a população pobre, mas ser feito sobre aqueles que se beneficiaram das irresponsabilidades dos últimos anos e dos que enriqueceram ao longo do tempo graças às políticas econômicas - para isso, o ajuste não poderá ser de choque, vai exigir um ritmo ao longo de anos.

Em terceiro lugar, o entendimento nem de longe pode continuar sendo feito na base de interesses menores como cargos na máquina do governo, mas sim de forma transparente levando em conta os interesses públicos do País, não pessoais nem partidários. Em quarto lugar, este entendimento deverá ser feito entre posições que busquem avançar o Brasil, não regredir, em direitos dos trabalhadores, princípios democráticos, proteção ambiental, entre outros aspectos.

Nestas condições, será possível fazer um entendimento e o Brasil precisa dele, mas cada um deve fazer sua parte com princípios, e não apenas querer que depois dos erros do governo agora nos entendamos para salvá-lo, sacrificando o rumo do País.

Ajuste ou desmanche?

Eliane Cantanhêde - ESP

O Estado de São Paulo 10 maio

<http://rota2014.blogspot.com.br/2015/05/ajuste-ou-desmanche-por-eliane.html>

A aprovação da primeira fase do ajuste fiscal foi uma vitória do governo e dá um certo alívio para Dilma Rousseff, mas ainda falta passar pelo Senado e não se pode esquecer que esse ajuste é parte do desmanche de todo o primeiro mandato da presidente. Basta repassar as prioridades entre 2011 e 2014 para confirmar que não sobrou pedra sobre pedra.

Uma por uma, Dilma vem abandonando aquelas ideias que tirava da própria cabeça – não raro passando por cima da área técnica e da perplexidade do mercado – e anunciava com pompa e circunstância. Com o abandono e o desmanche, viram sucatas.

Nem o modelo de exploração do pré-sal resiste à realidade, apesar de Dilma ter feito carreira na área de energia e de ter ocupado, inclusive, o Ministério de Minas e Energia. Depois de tanta badalação, tanta aula com PowerPoint, tanta picardia contra o modelo tucano, o governo volta atrás, falando em deixar o sistema de partilha de lado para recuperar o de concessões, acabando com a obrigatoriedade de a combalida Petrobrás participar de todos os blocos.

Até o Pronatec, um dos carros-chefe dos debates, dos programas de TV e do dia a dia da campanha da reeleição, está devagar. Com a crise na economia, dissimulada no limite da irresponsabilidade, Dilma só conseguiu pagar os subsídios das entidades privadas até outubro, mês da eleição. Depois disso, atrasos, confusão, incerteza.

Outro que embalava o marketing dilmista era o Fies. Sem desprezar os objetivos corretos e as boas intenções, também encheu as burras de universidades de desempenho sofrível e brindou estudantes pobres com diplomas capazes de embelezar paredes, mas de serventia duvidosa para lhes garantir empregos em suas áreas. Em 2014, havia 4,4 milhões de bolsistas, com financiamento de R\$ 13,4 bilhões para escolas privadas – boas ou arapucas. Sem dinheiro, muitos dos bolsistas e das escolas estão a ver navios.

E o financiamento da casa própria? É bem verdade que Dilma ainda viaja pelo País – quando não corre o risco de panelaços –, entregando milhares de unidades do Minha Casa Minha Vida, como fará na próxima terça-feira, no Rio. Mas, com o pior resultado da caderneta de poupança em 20 anos (20 anos!), lá se foi o crédito para moradia. A Caixa Econômica Federal limitou o

financiamento de imóveis usados à metade do valor total e acaba de anunciar aumento dos juros da compra de casas.

Dilma estufou o peito num pronunciamento em cadeia de rádio e televisão porque tinha decidido na marra a redução da conta de luz para residências e empresas. Patrões, empregados e eleitores em geral bem sabem o que aconteceu depois da eleição. Ou melhor: o que vem acontecendo todo mês, quando a conta bate à porta e arromba o bolso.

Num outro pronunciamento oficial, a presidente se vangloriou da redução dos juros como nunca antes neste país e ainda estendeu um dedo ameaçador para os bancos privados, ordenando que eles fizessem o mesmo. E, afinal, onde foram parar os juros?

A venda de carros caiu 25,2%, no pior abril em oito anos. Mais de 250 lojas foram fechadas. Mais de 12 mil trabalhadores do setor foram para o olho da rua. E a indústria em geral? A produção industrial caiu 5,9% no primeiro trimestre de 2015. É mole?

O desastre afeta outro indicador importante, que ajudou muito o trabalho dos marqueteiros e foi importante para segurar o discurso e os votos da reeleição: o emprego. No entanto, segundo os dados oficiais, o desemprego já subiu para 7,9% no primeiro trimestre. Sabe-se lá onde isso vai parar.

Então, é ótimo que o ajuste fiscal comece a ser aprovado no Congresso e que novas perspectivas se abram para o País, mas não se pode esquecer que isso tudo é parte do desmanche que derrubou a popularidade de Dilma de quase 80% no início de 2013 para 13% em 2015. E agora, com o desmanche do primeiro mandato, a grande pergunta é: para construir o que no lugar?

O PT precisa mudar, em que e por quê? | Teoria e Debate

O enfrentamento às inúmeras ações dos conservadores em tentar destruturar o PT e o governo Dilma, manifestadas e amplificadas em várias frentes é...

SHAR.ES

Tarso volta a criticar PT e diz que fará frente de esquerda no Rio em 2016

Glauber Gonçalves Do UOL, no Rio - 14/05/201513h09

Imprimir Comunicar erro

- Sérgio Lima/Folhapress



Dedicado a um projeto que inclui estabelecer-se por um tempo no **Rio de Janeiro**, o ex-governador do Rio Grande do Sul e um dos principais pensadores do PT, Tarso Genro, externou desconforto com as medidas econômicas levadas a cabo pelo governo Dilma Rousseff e voltou a criticar aos rumos da sigla durante um debate sobre reforma política, na terça-feira (12), na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Discutindo o tema ao lado do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), o petista declarou que o ajuste fiscal em curso gera "um constrangimento impossível de ser digerido" pelo partido.

Ministro da Educação e da Justiça no governo Lula, Tarso vai se dividir entre sua residência em Porto Alegre e outra no Rio, onde pretende passar uma semana por mês. Sem dar detalhes, ele defendeu a criação de uma "nova frente política" de esquerda no país, com vistas às eleições de 2016 e 2018. A ideia é reunir intelectuais, políticos de diferentes partidos e outros atores para discutir os rumos da esquerda.

"Nós temos agora que atravessar uma eleição municipal, e o Rio de Janeiro tem uma importância muito grande nesse processo, por aglutinar uma candidatura popular e democrática que cria um simbolismo político novo para o País", declarou Tarso durante o debate. "O Rio tem forças políticas dentro dos partidos de esquerda com condições de promover uma nova unidade, uma nova frente política para revigorar o projeto de esquerda. Vejo lideranças de vários partidos capazes de fazer isso", disse, após o evento.

Embora não tenha revelado quem procurará em sua estada no Sudeste, o ex-governador gaúcho esteve reunido ontem, antes do debate, com Freixo, parlamentar que, embora faça oposição ao governo federal, deu apoio à reeleição de Dilma no segundo turno.

Em sua fala, próxima à visão de outros partidos mais à esquerda e distante de posicionamentos que prevalecem hoje no PT e no governo federal, Tarso fez novas críticas ao partido. "Nós, que somos minorias dentro do partido, não temos ninguém a nos opor, porque não há hegemonia partidária hoje. Há um condomínio administrativo e um partido em crise, que está se segurando para não entrar numa depressão profunda", declarou. "Não existe grupo dirigente. Existe um acordo de funcionalidade partidária e um projeto de estado vencido." Para Tarso, o projeto desenvolvimentista iniciado no governo Lula cumpriu seu ciclo e, portanto, está esgotado.

Ainda na seara econômica, Tarso defendeu que o Brasil precisa sair de uma posição de "dependência subordinada" e estabelecer uma relação de "cooperação recíproca" com o capital financeiro internacional. "Nós não podemos imaginar que vamos nos retirar da ordem econômica e financeira internacional. Isso não existe mais", disse o petista, que elogiou iniciativas globais como o banco dos Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Ao reprovar as condições do ajuste fiscal em curso, Tarso propôs que o aperto seja direcionado às classes mais altas e inclua medidas como a taxaço de grandes fortunas e de heranças e a reestruturação do Imposto de Renda.

"Se nós [a esquerda] não respondermos, no plano nacional, de que forma vamos reorganizar o processo econômico do País [...], dificilmente vamos ter condições de sair do tipo de ajuste que está sendo feito neste momento, que é o ajuste tradicional e que gera, inclusive a nós do Partido dos Trabalhadores, pelo menos da parte do partido da qual eu participo, um constrangimento impossível de ser digerido", afirmou.

O ex-governador voltou a criticar os grandes veículos de comunicação, a quem culpou de impedir os governos de esquerda de implementar seus projetos no país. Ele se disse favorável a uma reforma do "sistema de comunicações do País" com o objetivo de "acabar com o oligopólio da mídia".

Derrotado pelo peemedebista José Ivo Sartori na corrida pela reeleição ao governo gaúcho no ano passado, o petista disse acreditar que a crise pela qual seu partido passa vai gerar um impulso de renovação. "O PT está em crise, mas não é uma crise terminal", afirmou, acrescentando que o momento que a sigla atravessa está inserido num contexto global de dificuldades das esquerdas. "Aqueles que apostam que o PT é um partido que já desistiu de compor o cenário nacional como um partido importante estão equivocados", disse após o evento.

Defensor da tese de que o PT deveria ter sido "refundado", logo após o escândalo do mensalão, Tarso voltou a tocar no assunto ao afirmar que o partido nunca consultou seus afiliados sobre o tema. "Não o fez porque o aparato burocrático para colocar esta discussão dentro do partido teria que abdicar do seu poder decisório. Então enterraram o projeto refundacionista, que agora está começando novamente a tomar fôlego", declarou.

Referindo-se aos casos de corrupção envolvendo o partido, ele atribuiu as manifestações em reação aos escândalos, por parte do que chamou de "classes dominantes", à contrariedade de tais grupos à políticas sociais implementadas pelo PT.

"Eles são contra as ousadias dessas poucas reformas populares que foram feitas", afirmou. "A classe média brasileira está se 'paulistinizando', está cada vez mais paulista. O cara tem 50 mil no banco e acha que é o [Antônio] Ermírio de Moraes. Ele não quer pobre perto dele, ele não quer o negro na universidade, ele não quer aceitar a diversidade sexual [...] Pensa que é rico; não sabe o que é riqueza", disse, arrancando risos do público, composto por estudantes, professores e militantes de diferentes partidos.

Críticas ao PT

Nos últimos meses, o ex-governador gaúcho vem criticando o partido com frequência nas redes sociais. Ele já falou por exemplo, sobre **a "inércia" de seu partido e do governo Dilma Rousseff** na questão das dívidas dos Estados e municípios. Genro afirmou no Twitter que o PMDB, que controla o Congresso Nacional, tem projeto próprio e "esnucou" o governo federal. Em outra ocasião, escreveu que **o partido "está fora das decisões principais do governo" Dilma**. "Outra constatação, para o bem e para o mal: PT é cada vez mais acessório no governo. Não é nem consultado para medida dessa envergadura", postou em outra mensagem.

A conjuntura pós-eleitoral

Publicado em [14 de Maio de 2015](#) por [marxismo21](#)

Buscando contribuir para examinar a atual situação política e social no Brasil, e dando continuidade ao debate iniciado antes das eleições de 2014, marxismo21 convidou colaboradores e leitores a submeter suas reflexões a fim de integrar um dossiê sobre a atual *conjuntura política brasileira*.

Três questões foram propostas para orientar o debate: a) *Está configurada uma conjuntura de crise no Brasil?* b) *Caso sim, qual é a especificidade e a natureza desta crise?* c) *Se não há uma crise, o que caracteriza o processo político brasileiro na situação atual?* Os textos aqui publicados buscam responder a esta problemática e apresentam um variado elenco de questões e possibilidades interpretativas, confirmando o compromisso de marxismo21 com a pluralidade e o debate franco e aberto. Parte dos textos (a maioria de autoria de membros do Conselho Consultivo) foi retirada de portais da esquerda brasileira.

Por conta do caráter dinâmico do atual momento no Brasil, convidamos nossos leitores a colaborar com este dossiê; contribuições devem ser enviadas a mouro1818@gmail.com

A Editoria se reserva o direito de avaliar as contribuições enviadas a partir da problemática sugerida e de seus critérios editoriais.

Editoria / maio de 2015

[A crise atual no Brasil](#)

David MACIEL

[Brasil no fim de ciclo dos governos “pòs-neoliberais” latino-americanos](#)

Gonzalo ROJAS

[A falácia da “freada de arrumação”](#)

Leda Maria PAULANI

[Notas sobre o desamparo periférico: crise e regressão das massas no Brasil do século 21](#)

Leomir HILÁRIO

[Que crise? Elementos para análise da conjuntura brasileira](#)

Marcelo Badaró MATTOS

[Que Crise é esta?](#)

Marcos del ROIO

[Sinais de fumaça no ar do Brasil!](#)

Maria Orlanda PINASSI

[Gritam impeachment e querem a renúncia](#)

Mário MAESTRI

[No meio do redemoinho](#)

Plínio de Arruda SAMPAIO JR.

O 5º Congresso do PT e a falta de rumos

SEG, 25/05/2015 - 10:29

Aldo Fornazieri



Com um conjunto de sete Teses, que expressam o pensamento das correntes e grupos internos, o PT realizará seu 5º Congresso de 11 a 13 de junho, em Salvador. O ponto que unifica todas as Teses é a crítica ao ajuste fiscal do governo. Até mesmo o grupo majoritário do Partido, denominado CNB (Construindo um Novo Brasil), que apresenta a tese “Manifesto” e se abriga na chapa “O Partido que Muda o Brasil”, faz críticas ao ajuste fiscal.

Por ser o grupo que vem liderando o partido, convém proceder a uma análise das proposições do CNB. O texto começa sob a égide do equívoco. Afirma que o “PT e seu governo” são alvos de uma “ofensiva sem precedentes que busca, como objetivo último, a destituição da Presidenta da República e a destruição do Partido dos Trabalhadores”. Essa ofensiva é atribuída às forças que foram derrotadas nas eleições de 2014. Reconhece-se que a maioria que

elegeu Dilma “está perplexa e desmobilizada”. Em seguida, o óbvio é posto em relevo: “O conservadorismo sempre esteve presente na sociedade brasileira”.

De obviedade em obviedade, a Tese do CNB vai adiante construindo a própria perplexidade do grupo que comanda o PT. O grupo não consegue entender o que aconteceu no período que vai da vitória em 2014 até as manifestações contra o governo e o partido em 2015. “Como doze anos de tão importante transformação social, econômica e política no país puderam ser desconsiderados em um espaço de tempo tão breve?”, indaga. Ao invés de construir uma história das mudanças das conjunturas e dos erros do governo, sustenta que o que faltou foi uma narrativa dos sucessos.

Note-se que até aqui, nenhuma palavra é dita acerca do baixo crescimento no primeiro mandato de Dilma, das contas públicas e externas no vermelho, da crise fiscal, da inflação alta, dos antigos dirigentes do partido condenados no mensalação e do escândalo da Petrobrás. A Tese se limita a dizer que a atual conjuntura não se limita pelo ativismo da direita. “Seu entendimento exige análise mais complexa, que envolva também o exame de responsabilidades que são nossas”.

O tema da corrupção só irá aparecer de forma mais significativa nos itens 44 a 49 da Tese. A corrupção, no entanto, não é apontada como a principal causa da perda da legitimidade do PT e do governo. Não é apontada como a causa do antipetismo que se disseminou na sociedade ainda no decurso do processo eleitoral de 2014. Antes de tudo, veiculam-se como principais causas da corrupção a falta de uma reforma política e ao Presidencialismo de Coalizão, o que é apenas uma meia verdade. Um partido honesto e comprometido com a república, com o que é o bem comum do povo, com a virtude e com a necessidade de ter uma conduta política e administrativa exemplar, não se corrompe, mesmo quando as instituições não são as melhores. Além de não corromper-se, luta com todas as forças para melhorar as instituições, conduta que não se viu no PT e nos governos petistas, que nunca se empenharam com todas as forças e com mobilização social para realizar uma reforma política.

O texto reconhece que as denúncias de corrupção, “verdadeiras ou não”, golpearam “duramente a imagem do Partido”. O desfecho desse reconhecimento é uma formulação confusa, que não explicita o que quer dizer: “Não podemos diluir nossas próprias

responsabilidades na geleia geral em que se transformou grande parte do mundo político brasileiro”. Se acrescenta apenas que o PT precisa sair das “páginas policiais”. Mas o leitor não fica sabendo se, de fato, o partido errou gravemente para estar nas páginas policiais ou se as denúncias “são verdadeiras ou não”.

O fato relevante é que o que se diz sobre a corrupção não chega a ser uma autocrítica. O que prevalece ainda é a culpa dos “outros” ou das instituições. Não há nenhum reconhecimento de que o Partido não só se corrompeu do ponto de vista material, mas também do ponto de vista dos princípios, pois assumiu a ideologia do “novo rico”, do luxo, dos palácios e foi se afastando das ruas e das praças, cavando o fosso da arrogância entre os ocupantes de gabinetes e palácios e a plebe. Registre-se que, mais adiante, a Tese reconhece que o Partido se afastou dos movimentos sociais.

Para que Serve um Congresso

A Tese do CNB não parte daquilo que é central no atual momento do Brasil. Um centro, configurado em torno de dois pontos: a) a crise de legitimidade das instituições; b) o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a Tese do CNB, a exemplo das demais, é conjunturalista. Não há um enfoque estratégico. A perda de substância do PT se reflete também na qualidade das teses. No passado, o PT fez Congressos muito mais robustos, muito mais significativos, que apontavam rumos estratégicos para o Partido e para o país.

Um congresso partidário não pode ser concebido como um encontro qualquer. Um congresso partidário deve ser visto como um momento especial na vida de um partido, concebido como um encontro especial de filiados para estabelecer um acordo sobre os temas gerais e estratégicos, de caráter mais permanente e que apontem para o futuro. Precisa tratar de temas que têm uma perdurabilidade maior no tempo. Os enfoques meramente conjunturais em um congresso sinalizam que o partido está extraviado e dividido, incapaz de pôr-se em acordo naquilo que determina a sua existência.

Não resta dúvida de que há crise de legitimidade dos partidos, dos políticos e das instituições. Instaurada em 2013, essa crise não foi superada pelas eleições de 2014. A sociedade não se reconhece mais no atual sistema representativo. Nesse sentido, não é só o PT e o governo que estão em crise, mas a oposição partidária também. Oposição que sequer conseguiu falar nas manifestações anti-PT e anti-governo. A Tese do CNB atribui, equivocadamente, uma força à

oposição que ela não tem. Mesmo com o baixo prestígio do governo Dilma, a oposição seria incapaz de sustentar por muito tempo uma campanha pelo impeachment. É essa fraqueza que a fez recuar do intento.

A Tese do CNB também não reconhece os equívocos da política macroeconômica do primeiro mandato. Equívocos como as desonerações fiscais, os empréstimos com juros subsidiados concedidos pelo BNDES a grupos econômicos privilegiados, o modelo de concessões, o desastroso modelo de contratações da Petrobrás etc. A própria política de crescimento pelo incentivo ao consumo já havia se esgotado em 2010.

O PT e o governo embarcaram na tese de que se havia produzido no Brasil uma “nova classe média”, quando, o que houve, foi um crescimento da formalização de empregos com baixos salários. O modelo de desenvolvimento, nascido com o Plano Real, imbricado com a Constituição de 1988, continuado nos governos petistas, apresentava sinais de esgotamento no final dos mandatos de Lula. Nem o campo do governismo e nem o campo da oposição foram capazes de propor algo novo. No momento, não se vislumbra forças políticas e lideranças capazes de repactuar um novo programa de desenvolvimento do Brasil. O programa de TV do PSDB apresentado na semana passada e as Teses do Congresso do PT são exemplos desse impasse. Não há nada de novo sob o céu de anil.

Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

As mãos dos EUA sobre a região

Mark Weisbrot, codiretor do Centro de Pesquisas Econômicas e Políticas, em Washington, e presidente da Just Foreign Policy, em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, 21-04-2013.

Acontecimentos recentes indicam que a administração **Obama** intensificou sua estratégia de "mudança de regime" contra os governos latino-americanos à esquerda do centro, promovendo conflito de maneiras que não eram vistas desde o golpe militar apoiado pelos EUA na Venezuela em 2002.

O exemplo mais destacado é o da própria **Venezuela** na última semana. No momento em que este artigo está sendo impresso, Washington está mais e mais isolada em seus esforços para desestabilizar o governo recém-eleito de **Nicolás Maduro**.

Mas a Venezuela não é o único país vitimado pelos esforços de Washington para reverter os resultados eleitorais dos últimos 15 anos na América Latina.

Está claro agora que o afastamento do presidente paraguaio **Fernando Lugo**, no ano passado, também teve a aprovação e o apoio do governo dos Estados Unidos.

Num trabalho investigativo brilhante para a agência Pública, a jornalista **Natalia Viana** mostrou que a administração **Obama** financiou os principais atores do chamado "golpe parlamentar" contra **Lugo**. Em seguida, Washington ajudou a organizar apoio internacional ao golpe.

O papel exercido pelos EUA no **Paraguai** é semelhante a seu papel na derrubada militar, em 2009, do presidente democraticamente eleito de Honduras, **Manuel Zelaya**, caso no qual Washington dominou a **Organização de Estados Americanos** e a utilizou para combater os esforços de governos sul-americanos que visavam restaurar a democracia.

Na **Venezuela**, na semana passada, Washington não pôde dominar a OEA, mas apenas seu secretário-geral, **José Miguel Insulza**, que reiterou a reivindicação da Casa Branca (e da oposição venezuelana) de uma recontagem de 100% dos votos.

Mas **Insulza** teve de recuar, como teve de fazer a **Espanha**, única aliada importante dos EUA nessa empreitada nefanda, por falta de apoio.

A exigência de uma recontagem na Venezuela é absurda, já que foi feita uma recontagem das cédulas de papel de uma amostra aleatória de 54% do sistema eletrônico. O total obtido nas máquinas foi comparado à contagem manual das cédulas de papel na presença de testemunhas de todos os lados. Estatisticamente falando, não existe diferença prática entre essa auditoria enorme já realizada e a recontagem.

Jimmy Carter descreveu o sistema eleitoral da Venezuela como "o melhor do mundo", e não há dúvida quanto à exatidão da contagem.

É bom ver **Lula** denunciando os EUA por sua ingerência, e **Dilma** juntando sua voz ao resto da América do Sul para defender o direito da Venezuela a eleições livres.

Mas não apenas a Venezuela e as democracias mais fracas que estão ameaçadas pelos EUA.

Conforme relatado nas páginas deste jornal, em 2005 os EUA financiaram e organizaram esforços para mudar a legislação brasileira com vistas a enfraquecer o PT. Essa informação foi descoberta em documentos do governo americano obtidos graças à lei americana de liberdade de informação. É provável que Washington tenha feito no Brasil muito mais e siga em segredo.

Está claro que os EUA não viram o levemente reformista **Fernando Lugo** como um elemento ameaçador ou radical. O problema era apenas sua proximidade excessiva com os outros governos de esquerda.

Como a administração **Bush**, a administração **Obama** não aceita que a região mudou. Seu objetivo é afastar os governos de esquerda, em parte porque tendem a ser mais independentes de Washington. Também o Brasil precisa se manter vigilante diante dessa ameaça à região.